

Banco Rodobens S.A.

**Demonstrações financeiras individuais
em 31 de dezembro de 2022**

Índice

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais	7
Balço patrimonial	10
Demonstração do resultado	12
Demonstração do resultado abrangente	13
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstração dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais	
1 Contexto operacional	16
2 Apresentação das demonstrações financeiras individuais e principais políticas contábeis	16
3 Caixa e equivalentes de caixa	22
4 Aplicações interfinanceiras de liquidez	23
5 Títulos e valores mobiliários	23
6 Derivativos	24
7 Relações interfinanceiras	27
8 Operações de crédito e arrendamento mercantil	27
10 Outros créditos	30
11 Outros valores e bens	31
12 Ativos fiscais	31
13 Investimentos em participações em coligadas e controladas	33
14 Imobilizado de uso, imobilizado de arrendamento e intangível	36
15 Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	38
16 Depósitos	39
17 Recursos de aceites e emissão de títulos	39
18 Obrigações por repasses do país – instituições oficiais	40
19 Despesas com captações, empréstimos e repasses	41
20 Outras obrigações	41
21 Patrimônio líquido	45
22 Transações entre partes relacionadas	47
23 Outras informações	49
24 Limite operacional – Acordo da Basileia	53
25 Gerenciamento de riscos e capital	55

Relatório da administração

Banco Rodobens S.A.

O Banco Rodobens S.A. faz parte da do Grupo Rodobens, uma plataforma de serviços financeiros (Banco, Consórcio, Corretora de Seguros e Leasing & Locação) que se alavanca no varejo automotivo (Veículos Leves e Pesados), combinando canais físicos e digitais, operando de forma integrada e sinérgica em um ecossistema integrado de soluções que permite o *cross-selling* em pontos estratégicos do ciclo de vida dos nossos clientes.

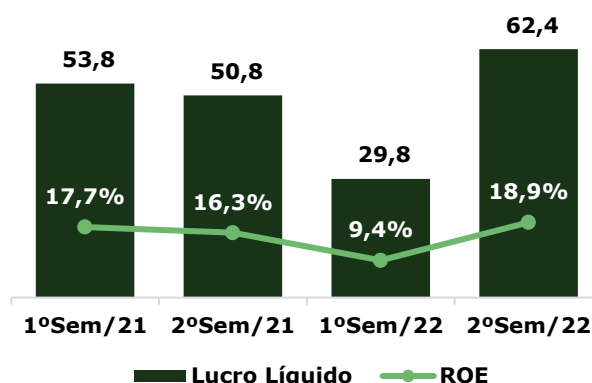
O Banco hoje está estruturado em três principais segmentos para sua expansão, são eles:

- Varejo Automotivo – separado pelos segmentos de veículos leves (automóveis) e veículos comerciais (caminhões), conta com produtos de financiamento e arrendamento mercantil para clientes de concessionárias Rodobens e Parceiras. *Produtos: CDC, Finame, CCE, Plano Pontual, Leasing Operacional e Financeiro;*
- Pessoa Jurídica – com produtos e equipes especializadas no atendimento de grandes frotistas, locadoras, montadoras, concessionárias e clientes institucionais. *Produtos: Floor Plan, Cessão de Recebíveis, Antecipação de Cartão de Crédito e todos os produtos que também atendem o varejo automotivo;*
- Pessoa Física – com produtos de crédito que são oferecidos por meio dos canais digitais, parceiros e agentes comissionados. *Produtos: Empréstimo com Garantia de Imóveis (EGI), Consignado Privado e Empréstimo com Garantia em Consórcio (EGC).*

Comparativo de resultado do segundo semestre e exercício encerrados em 31 de dezembro de 2022

Lucro líquido

O lucro líquido do período atingiu R\$ 62,4 milhões, 23% acima do resultado apresentado no segundo semestre de 2021 (R\$ 50,8 milhões). Com o resultado do segundo semestre, o Banco apresentou um lucro líquido de R\$ 92,2 milhões e ROE (*Return On Equity*) de 14,2% no ano.



Resultado bruto de intermediação financeira

O resultado bruto foi de R\$ 75,7 milhões no segundo semestre de 2022, o que corresponde a um aumento de 46% frente ao resultado do segundo semestre do ano anterior.

As receitas de intermediação financeira no segundo semestre de 2022, cresceram 40% quando comparado ao segundo semestre de 2021, seguindo a estratégia de crescimento de carteira e diversificação do portfólio para aumento da rentabilidade e resultando também no crescimento das receitas de tarifas e serviços (+63%). Por outro lado, continuamos com um alto patamar do CDI– que saiu de 9,15% em dez/21 e atingiu 13,65% em dez/22 – impactando diretamente o custo das captações do banco, que subiram em uma proporção maior que as receitas.

Despesas administrativas, pessoal e tributárias

As despesas demonstraram um crescimento de 8% no segundo semestre de 2022 comparando ao segundo semestre de 2021, em linha com a nossa estratégia de investimentos em pessoas e tecnologia, para suportar o forte crescimento da carteira e do portfólio de produtos do banco. Ainda assim, o aumento das despesas foi menor que o crescimento das receitas, gerando uma economia de escala que resulta em uma maior eficiência da operação.

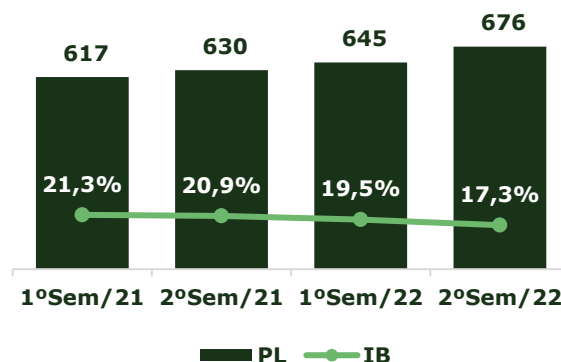
Rating

Em julho/22, a Rodobens S.A. foi classificada pela Fitch Ratings com o rating 'AA(bra)', com perspectiva estável. Corroborando com o rating do Banco Rodobens S.A. que foi novamente afirmado em setembro/22 como 'AA(bra)', mantendo a perspectiva estável. Reforçando a sinergia do grupo e a colaboração entre os diferentes negócios do grupo.

Estrutura de capital e *funding*

No segundo semestre de 2022 o banco realizou captações na ordem de R\$ 1,0 bilhão, totalizando R\$ 2 bilhões no ano.

Com um patrimônio líquido (PL) de R\$ 676 milhões e um índice de Basileia (IB) de 17,3% o Banco Rodobens apresenta um balanço bastante confortável para a execução da sua estratégia de crescimento de carteira. A variação de quase R\$ 46 milhões no PL em 12 meses é explicada pelos resultados acumulados do período. Importante ressaltar que os mínimos regulatórios* para o índice de Basileia em dezembro/22 é de 10,5%.

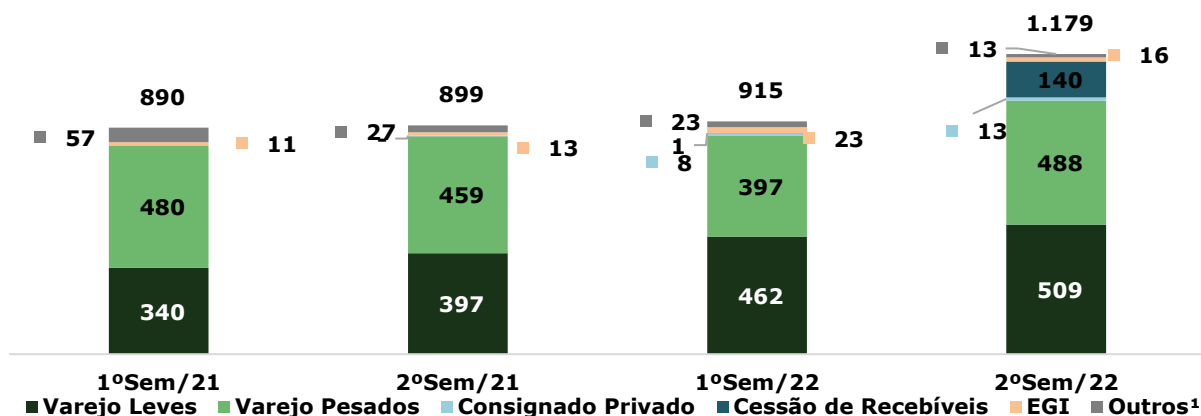


Carteira de crédito

A partir do final do ano de 2020, o Banco traçou uma estratégia de crescimento robusto da carteira de crédito, mantendo o conservadorismo na concessão e o mesmo rigor nos controles e cobrança, mas ampliando os canais e seu portfólio de produtos.

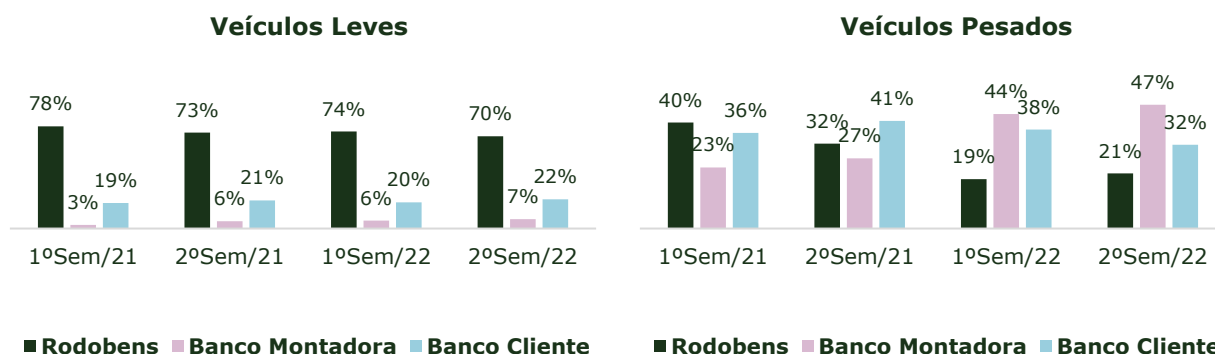
Como resultado desta estratégia, a originação de crédito mudou de patamar a partir de 2021, e dando continuidade no movimento de crescimento, fechamos o ano com uma produção total de R\$ 2,1 bilhões, um crescimento de 17% frente ao ano anterior. A produção ainda é concentrada no varejo automotivo, mas no segundo semestre começamos uma carteira de curto prazo de Cessão de Recebíveis, com as concessionárias da Rodobens S.A., que gerou uma produção relevante no período.

Originação de crédito (R\$MM)

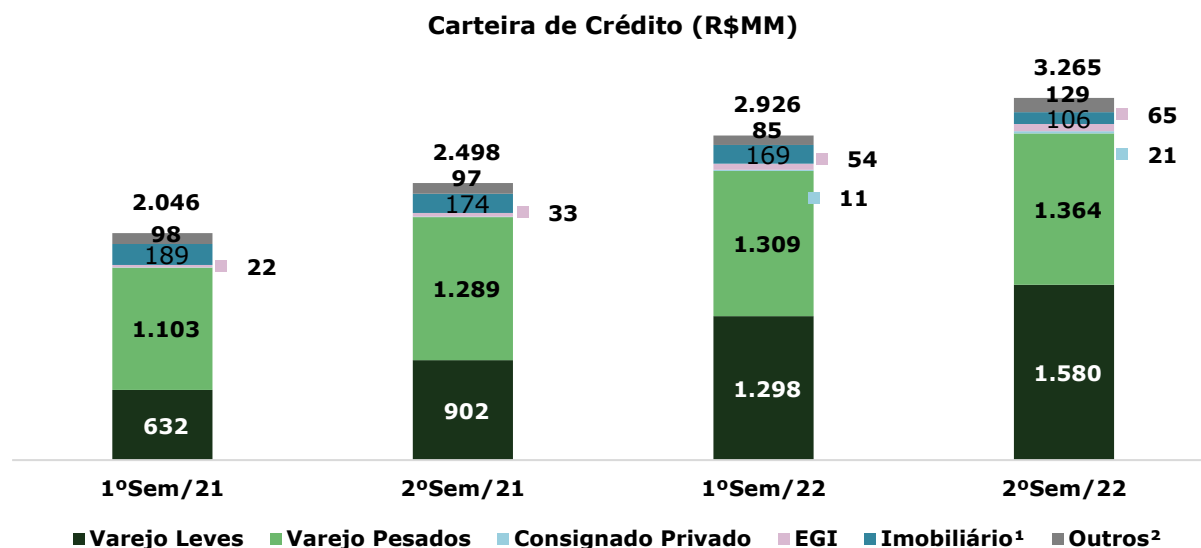


1.Outros Produtos: Capital de Giro, Financiamento Pós-Vendas, Financiamento Imobiliário, KG Coligadas, Empréstimo com Garantia de Consórcio.

Como principal destaque de originação temos o segmento do Varejo Automotivo. Na categoria de veículos leves atingimos um *market-share* ⁽ⁱ⁾ de 70% dentro das concessionárias Rodobens no acumulado do 2º semestre e com crescimento de 28% na originação no comparativo semestral. Na categoria de veículos pesados, o *market-share* foi de 21% dentro das concessionárias Rodobens com um aumento de 6% na originação.

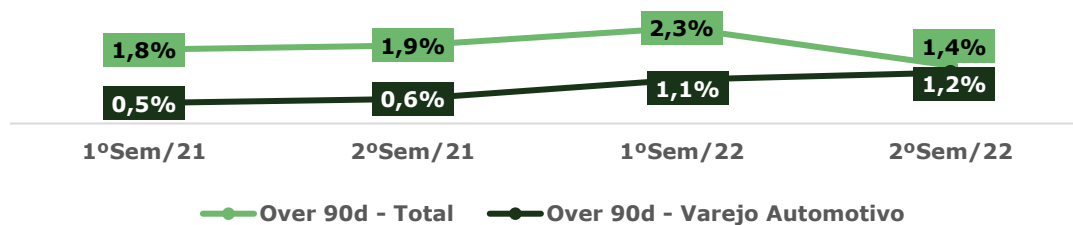


Com isso, nossa carteira de crédito atingiu a marca de R\$ 3,3 bilhões no fechamento do segundo semestre de 2022, um crescimento de 31% em 12 meses. A carteira do segmento Varejo Automotivo, composta de financiamentos de veículos leves, pesados, frotistas ⁽ⁱⁱ⁾ e floor plan ⁽ⁱⁱⁱ⁾ acelerou o movimento de crescimento, com alta de 34% nos últimos 12 meses. Por outro lado, a carteira imobiliária que não faz parte da estratégia de crescimento do banco (*run-off*) continua em queda e reduziu 39% em comparação com o segundo semestre de 2021, seguindo o mesmo movimento de anos anteriores e chegando em dezembro com a finalização da carteira de Plano Empresário.



Inadimplência

O indicador over 90d ^(iv) de inadimplência da carteira atingiu 1,4%, considerando um menor impacto decorrente dos produtos ⁽¹⁾ em *run-off*. No segmento do Varejo Automotivo, o over 90d atingiu a marca de 1,2%, demonstrando um leve aumento frente ao primeiro semestre do ano.



(i) *Market Share*: Participação de mercado dentro das concessionárias do grupo Rodobens

(ii) Frotistas: atingiu uma carteira de R\$ 233,6 milhões em dez/22

(iii) Floor Plan: o produto se iniciou em ago/21, totalizando R\$87,4 milhões em dez/22, concentrado em veículos leves

(iv) Over 90d: Créditos vencidos a mais que 90 dias

1. Imobiliário: Cessão RNI, Cessão P.E., Refin. Imóveis, Plano Empresário, Plano Único, Financiamento Imobiliário (CEF), Financiamento Imobiliário (tesouraria)

2. Outros Produtos: Kg Partes Relacionadas, Capital de Giro, Floor Plan, CCB Serviços, Cessão de Recebíveis, Empréstimo com Garantia de Consórcio.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP – Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do

Banco Rodobens S.A

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Rodobens S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Rodobens S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo naquela data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 16 de março de 2022, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em

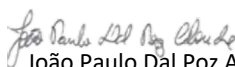
relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Balanço patrimonial
Em milhares de reais

Ativo	Nota	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante			
Disponibilidades	3	1.077	2.655
Instrumentos financeiros			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	51.817	25.999
Títulos e valores mobiliários	5 (a)	154.041	405.877
Derivativos	6 (b)	8.665	4.200
Relações interfinanceiras	7	5.044	5.839
Operações de crédito			
Operações de crédito - setor privado	8	1.218.101	790.963
(-) Descontos a apropriar das aquisição de recebíveis		(3.681)	
Ajuste a mercado das operações objeto de <i>hedge</i>	6 (a)	(778)	(2.520)
Arrendamento mercantil operacional			
Arrendamento mercantil operacional	8	53.368	56.615
(-) Rendas a apropriar arrendamento mercantil operacional		(43.607)	(47.987)
Ajuste a mercado das operações objeto de <i>hedge</i>	6 (a)	(586)	(679)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito			
Operações de crédito	8(d.i) e 9	(17.715)	(11.786)
Arrendamento mercantil operacional	8(d.ii) e 9	(465)	(606)
Outros créditos	10	7.389	4.347
Outros valores e bens	11	28.936	26.374
Ativos fiscais correntes	12(a)	4.412	8.501
Total do ativo circulante		1.466.018	1.267.792
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Instrumentos financeiros			
Títulos e valores mobiliários	5 (a)	385.259	457.747
Derivativos	6 (b)	9.757	4.445
Operações de crédito			
Operações de crédito - setor privado	8	1.941.906	1.587.823
Ajuste a mercado das operações objeto de <i>hedge</i>	6 (a)	(8.319)	(7.738)
Arrendamento mercantil operacional			
Arrendamento mercantil operacional	8	51.566	62.750
(-) Rendas a apropriar arrendamento mercantil operacional		(51.378)	(62.617)
Ajuste a mercado das operações objeto de <i>hedge</i>	6 (a)	(668)	(1.941)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito			
Operações de crédito	8(d.i) e 9	(33.511)	(69.582)
Arrendamento mercantil operacional	8(d.ii) e 9	(560)	(460)
Outros créditos	10	100.052	76.220
Outros valores e bens	11	17.483	48.257
Ativos fiscais			
Correntes	12(a)	133	133
Diferidos	12(b)	110.422	95.367
Total do realizável a longo prazo		2.522.142	2.190.404
Investimentos em participações em coligadas e controladas	13	205.775	191.554
Imobilizado de uso	14	5.127	5.013
Depreciação acumulada	14	(4.611)	(4.340)
Imobilizado de arrendamento	14	295.270	295.268
Depreciação acumulada	14	(107.457)	(118.966)
<i>Impairment</i>	14	(123)	(184)
Ativos intangíveis	14	10.843	6.835
Amortização acumulada	14	(4.074)	(2.659)
Total do ativo não circulante		2.922.892	2.562.925
Total do ativo		4.388.910	3.830.717

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Balanco patrimonial
Em milhares de reais

Passivo	Nota	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Circulante			
Depósitos e demais instrumentos financeiros			
Depósitos	16	1.039.340	454.869
Recursos de aceites e emissão de títulos	17	922.866	213.526
Ajuste a mercado das operações objeto de hedge	6 (a)	(1.658)	(1.976)
Obrigações por empréstimos		1.062	905
Obrigações por repasses do país – instituições oficiais	18	126.325	97.258
Instrumentos financeiros derivativos	6 (b)	3.649	4.296
Outras obrigações			
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.149	1.099
Sociais e Estatutárias	20 (a)	18	17.131
Fiscais e previdenciárias	20 (b)	6.143	2.813
Diversas	20 (c)	48.074	53.945
Total do passivo circulante		2.146.968	843.866
Não circulante			
Depósitos e demais instrumentos financeiros			
Depósitos	16	941.841	1.311.544
Recursos de aceites e emissão de títulos	17	269.227	733.916
Ajuste a mercado das operações objeto de hedge	6 (a)		(723)
Obrigações por empréstimos		7.853	8.363
Obrigações por repasses do país – instituições oficiais	18	259.353	223.006
Instrumentos financeiros derivativos	6 (b)	17.318	18.137
Outras obrigações			
Fiscais e previdenciárias	20 (b)	62.714	56.294
Diversas	20 (c)	7.244	6.013
Total do passivo não circulante		1.565.550	2.356.550
Patrimônio líquido	21		
Capital social		342.045	342.045
Reservas de lucros		350.190	310.287
Outros resultados abrangentes		(15.843)	(22.031)
Total do patrimônio líquido		676.392	630.301
Total do passivo e patrimônio líquido		4.388.910	3.830.717

Demonstração do resultado
Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Receitas da intermediação financeira		297.107	543.762	352.532
Operações de crédito	8 (g)	211.997	384.107	217.242
Operações de arrendamento mercantil	8 (g)	54.696	100.641	86.487
Resultado de títulos e valores mobiliários	5 (b)	20.734	49.003	41.577
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6 (b)	9.680	10.011	7.226
Despesas da intermediação financeira		(221.449)	(449.252)	(249.914)
Operações de captações no mercado	19	(184.970)	(342.297)	(131.082)
Operações de empréstimos e repasses	19	(20.589)	(37.058)	(22.655)
Operações de arrendamento mercantil		(20.789)	(41.728)	(56.877)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	4.899	(28.169)	(39.300)
Resultado bruto da intermediação financeira		75.658	94.510	102.618
Outras receitas (despesas) operacionais		(16.156)	(13.839)	12.010
Receita de prestação de serviços		6.276	10.996	7.424
Despesas de pessoal	23 (a)	(14.821)	(28.422)	(24.389)
Outras despesas administrativas	23 (b)	(20.047)	(36.841)	(30.414)
Despesas tributárias	23 (c)	(3.332)	(6.007)	(6.149)
Resultado de participações em coligadas e controladas	13	44.360	88.217	79.308
Outras receitas operacionais	23 (d)	13.359	29.589	22.998
Outras despesas operacionais	23 (e)	(41.951)	(71.371)	(36.768)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		59.502	80.671	114.628
Imposto de renda e contribuição social	15	4.883	14.813	(5.047)
Provisão para imposto de renda		(1.412)	(3.528)	(4.414)
Provisão para contribuição social		(965)	(2.616)	(3.372)
Ativo fiscal diferido		7.260	20.957	2.739
Participações no lucro		(1.976)	(3.249)	(5.000)
Lucro líquido do semestre/exercício		62.409	92.235	104.581
Número de ações (em milhares)		261.135	261.135	261.135
Lucro por ação (em reais)		0,239	0,353	0,400

Banco Rodobens S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2º semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Lucro líquido do semestre/exercício		62.409	92.235	104.581
Itens que podem ser reclassificados para a demonstração de resultado				
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Valor justo de títulos e valores mobiliários	21 (d)	14.803	11.717	(41.068)
Tributos diferidos sobre o valor justo de títulos e valores mobiliários	21 (d)	(7.040)	(5.572)	19.531
		7.763	6.145	(21.537)
Instrumentos financeiros nas investidas				
Hedge de fluxo de caixa	13		43	(13)
Resultado abrangente do semestre/exercício		70.172	98.423	83.031

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reservas de lucros			Outros Resultados Abrangentes	Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária	Lucros a deliberar			
Saldos em 31 de dezembro de 2020		342.045	47.593	154.455	52.459	(481)		596.071
Lucro líquido do exercício							104.581	104.581
Destinação para reserva legal	21 (b)		5.229				(5.229)	
Destinação para reserva estatutária	21 (b)			52.459	(52.459)			
Distribuição de dividendos	21 (c)			(22.801)				(22.801)
Distribuição de JCP	21 (c)						(26.000)	(26.000)
Lucros a disposição da Assembleia	21 (b)				73.352		(73.352)	
Valor justo - títulos e valores mobiliários						(21.537)		(21.537)
Hedge de fluxo de caixa	13					(13)		(13)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		342.045	52.822	184.113	73.352	(22.031)		630.301
Lucro líquido do exercício							92.235	92.235
Destinação para reserva legal	21 (b)		4.612				(4.612)	
Destinação para reserva estatutária	21 (b)			73.352	(73.352)			
Distribuição de dividendos	21 (c)			(17.632)				(17.632)
Distribuição de JCP	21 (c)						(34.700)	(34.700)
Lucros a disposição da Assembleia	21 (b)				52.923		(52.923)	
Valor justo títulos e valores mobiliários	21 (d)					6.145		6.145
Hedge de fluxo de caixa	13 e 21(d)					43		43
Saldos em 31 de dezembro de 2022		342.045	57.434	239.833	52.923	(15.843)		676.392
Saldos em 30 de junho de 2022		342.045	54.313	249.479	23.135	(23.606)		645.366
Lucro líquido do semestre							62.409	62.409
Destinação para reserva legal	21 (b)		3.121				(3.121)	
Distribuição de dividendos	21 (c)			(9.646)				(9.646)
Distribuição de JCP	21 (c)						(29.500)	(29.500)
Lucros a disposição da Assembleia	21 (b)				29.788		(29.788)	
Valor justo títulos e valores mobiliários	21 (d)					7.763		7.763
Saldos em 31 de dezembro de 2022		342.045	57.434	239.833	52.923	(15.843)		676.392

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Rodobens S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2º Semestre 2022	Exercício 2022	Exercício 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado		11.656	22.945	102.015
Lucro líquido antes do IRPJ e da CSLL		57.526	77.422	109.628
Ajuste ao lucro líquido:		(45.870)	(54.477)	(7.613)
Resultado de participação em coligadas e controladas	13	(44.360)	(88.217)	(79.308)
Atualização sobre tributos a compensar	23 (d)	(234)	(544)	(172)
Atualização dos depósitos judiciais em garantia		(1.717)	(3.130)	(1.153)
Atualização de precatório leasing operacional			(1.939)	
Depreciações e amortizações	14	5.841	17.795	39.195
Superveniência/Insuficiência de depreciação		7	12	
Resultado da baixa de intangível				476
Ajuste ao valor de mercado - derivativos e objeto de <i>hedge</i>		(2.718)	(7.078)	(11.188)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(4.899)	28.169	39.300
Provisão para passivos contingentes	23 (d, e)	(227)	890	1.317
Provisão (reversão) para perdas em outros créditos	23 (d, e)	1.920	5.250	639
Provisão (reversão) para perdas em outros valores e bens	23 (d, e)	(1.354)	(4.347)	(3.128)
Provisão (reversão) para perdas de bens arrendados de leasing operacional	14	(101)	(60)	179
Contribuições (Pis e Cofins) diferidas		206	565	573
Provisão para despesas de bens arrendados de leasing operacional		(145)	(52)	695
Resultado de exercícios futuros - diferimento de renda de equalização de taxas		267	394	26
Resultado de exercícios futuros - deságio aquisição créditos sem coobrigação		(310)	(451)	(263)
Provisão para despesas operacionais e administrativas		1.013	1.286	2.906
Provisão para participações no lucro		941	(3.020)	2.293
Varição de ativos e passivos		1.813	(3.782)	(156.183)
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez		(1.170)	(18.811)	
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários		41.458	324.323	(148.854)
Redução (aumento) em instrumentos financeiros derivativos		(15.495)	(6.692)	9.286
Redução em relações interfinanceiras		10.164	796	2.756
Aumento em operações de crédito		(287.165)	(757.963)	(1.077.858)
Aumento em operações de arrendamento mercantil		(114)	(1.682)	(5.623)
Redução (aumento) em outros créditos		(70.644)	(63.575)	5.514
Redução (aumento) em outros valores e bens		(5.298)	32.557	(7.795)
Redução (aumento) em ativos fiscais	12 (a, b)	4.344	(10.967)	(13.360)
Aquisição de imobilizado de arrendamento	14	(39.021)	(51.474)	(8.509)
Baixa de imobilizado de arrendamento	14	16.245	23.854	24.611
Aumento (redução) em depósitos		(12.301)	216.745	1.049.365
Aumento (redução) em recursos de emissões de títulos		298.615	243.716	(68.712)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		65.969	65.061	128.357
Aumento (redução) em outras obrigações		(3.774)	330	(45.361)
Caixa proveniente das operações		13.469	19.163	(54.168)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(940)	(10.293)
Caixa líquido originado das (aplicado nas) atividades operacionais		13.469	18.223	(64.461)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado de uso	14	(60)	(114)	(178)
Aquisição de intangível	14	(1.518)	(4.008)	(4.207)
Juros sobre o capital próprio recebidos	13	2.469	7.078	
Lucros recebidos das investidas	13	20.327	48.488	54.269
Caixa líquido originado das atividades de investimentos		21.218	51.444	49.884
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Juros sobre o capital próprio pagos	21 (c)	(25.075)	(46.608)	(13.487)
Dividendos pagos	21 (c)	(9.646)	(17.631)	(22.800)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(34.721)	(64.239)	(36.287)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(34)	5.428	(50.864)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		34.116	28.654	79.518
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	3	34.082	34.082	28.654
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(34)	5.428	(50.864)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

1 Contexto operacional

O Banco Rodobens S.A. ("Banco") é uma Companhia de capital fechado, domiciliada na Rua Estado de Israel, 975, Vila Clementino, CEP 04.022-901, em São Paulo-SP, com atuação em todo território nacional, controlada pela Rodobens S.A., holding do Grupo Rodobens. Na forma de banco comercial é autorizado a operar com captação de depósito à vista, carteiras de crédito, investimento, financiamento comercial e arrendamento mercantil. Com foco no segmento de financiamento de veículos, tem como principais produtos o CDC, linhas de repasse do programa Finame, leasing operacional e empréstimos para pessoas jurídicas através de capital de giro com garantia real. Seu principal canal de distribuição é a rede de concessionárias do Grupo, sendo 25 concessionárias de caminhões e ônibus da marca Mercedes Benz e 19 concessionárias de automóveis das marcas Toyota, Mercedes Benz e Hyundai.

As demonstrações financeiras individuais do Banco foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações. Na data de emissão das presentes demonstrações financeiras individuais, a administração concluiu que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a capacidade do Banco de continuar operando nos próximos 12 meses, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Banco dispõe de Títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda e, em função dos vencimentos dos títulos, estão apresentados no Ativo não circulante, e poderá utilizar a liquidez destes títulos para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. A Rodobens S/A, holding controladora do Banco, tem entre suas atribuições a manutenção do equilíbrio e a saúde financeira, inclusive de suas controladas, e honrará todos os compromissos de curto prazo através da distribuição e pagamento de lucros e dividendos das investidas do Banco ou através de aporte de capital, se necessário.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela administração em 29 de março de 2023.

2 Apresentação das demonstrações financeiras individuais e principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. O Banco apresenta as demonstrações financeiras individuais, estando dispensado da publicação da posição consolidada, prevista na Resolução do CMN nº 4.818/20.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade. Essas normas, orientações e interpretações precisam ser aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN para que sejam aplicáveis às instituições financeiras. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Resolução CMN nº 4.144/12 - Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Alteração vigente a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme Resolução CMN nº 4.924/21;

Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1): Redução ao valor recuperável de ativos. Alteração vigente a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme Resolução CMN nº 4.924/21;

Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 03 (R2): Demonstração dos fluxos de caixa.;

Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 05 (R1): Divulgação sobre partes relacionadas.;

Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1): Pagamento baseado em ações;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23: Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro. Alteração vigente a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme Resolução CMN nº 4.924/21;

Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 24: Evento subsequente;

Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25: Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;

Resolução CMN nº 4.967/21 – CPC 28 Propriedade para investimento, vigente a partir de 1º de janeiro de 2022;

Resolução CMN nº 4.877/20 – CPC 33 (R1): Benefícios a empregados;

Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 41: Resultado por ação;

Resolução CMN nº 4.748/19 – CPC 46: Mensuração do valor justo, vigente a partir de 1º de janeiro de 2020. Alteração vigente a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme Resolução CMN nº 4.924/21; e

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 47 Receita de contrato com cliente, vigente a partir de 1º de janeiro de 2022.

Em novembro de 2021, foi divulgada a Resolução CMN nº 4.966, a qual define os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge). A Resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que o Banco mantém à disposição do Banco Central do Brasil o plano para a implementação aprovado pelo Conselho de Administração. O plano para a implementação poderá ser revisto pela gestão da instituição. Para a elaboração do plano para a implementação foram avaliados o cenário atual e eventuais possibilidades de mudanças em sistemas, produtos, processos e na própria normatização, considerando que o Banco Central do Brasil ainda poderá divulgar normas complementares necessárias à execução, em especial quanto à amortização de custos de transação (taxa efetiva de juros), definições de principal e juros para o teste SPPJ, pisos de provisão para ativos com problemas de recuperação de crédito, regras para instituições S4 que pretendem optar pela abordagem completa da PECLD, entre outros. Seguem alguns dos principais itens abordados no plano para a implementação da Resolução CMN nº 4.966/21: classificação e mensuração de ativos financeiros (modelo de negócio e teste SPPJ), classificação de passivos financeiros, custos de transação, ativos com problemas de recuperação de crédito, renegociação e reestruturação de ativos financeiros, baixa de ativos financeiros, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contabilidade de hedge e evidenciamento. Observa-se que para cada item relacionado, o plano para a implementação prevê os seguintes desdobramentos:

- Cenário atual: como o Banco trata as informações de acordo com a regulamentação vigente;
- Proposta: o que o Banco entende ser necessário implementar ou modificar para se adequar;
- Sistemas: quais os aplicativos utilizados, responsáveis pelo registro e controle das transações, impactados pela Resolução;
- Processos: quais os processos afetados pela nova regra; e
- Responsabilidades: quais áreas serão responsáveis pelas modificações e manutenções relativas às mudanças normativas.

Foi publicada pelo Banco Central do Brasil em dezembro de 2021 a Resolução CMN nº 4.975 que estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, e que passa a vigorar em 1º de janeiro de 2025.

Não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC. A administração aguardará as deliberações do CMN sobre as normas, orientações e interpretações ainda não aprovadas, para ajustar as demonstrações financeiras do Banco, dentro do que for aplicável.

As demonstrações financeiras individuais incluem estimativas e premissas, como a mensuração de

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, valorização de instrumentos financeiros, realização de tributos diferidos, provisão para contingências, outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. Os valores estão arredondados ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As principais políticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras do Banco são as seguintes:

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira.

As rendas de tarifas bancárias compreendem, substancialmente, as tarifas de cadastros das operações. O Banco não possui receitas de prestação de serviços relevantes, que são reconhecidas mediante a satisfação das obrigações de performance, conforme o CPC 47 - Receita de contratos com clientes. As rendas de tarifas bancárias e as prestações de serviços estão apresentadas na demonstração de resultados como Receita de prestação de serviços.

As receitas de arrendamento mercantil dos tipos financeiro e operacional são registradas quando da exigibilidade das contraprestações, conforme determinado pela Portaria MF nº 140/84, ajustadas pelo valor presente do fluxo futuro das respectivas operações, no caso das operações do tipo financeiro, conforme determinado pela Circular do BACEN nº 1.429/89.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários – livres, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, calculados "pro rata" dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

(d) Instrumentos financeiros - Títulos e valores mobiliários – Carteira própria

De acordo com a Circular do BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da administração em três categorias específicas:

- (i) Negociação: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) Disponíveis para venda: classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários; e

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (iii) Mantidos até o vencimento: nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular do BACEN nº 3.068/01.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários estão apresentadas na Nota 5(a).

(e) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular do BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção ("*hedge*") e ajustados pelo valor de mercado com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Adicionalmente, quando o instrumento financeiro derivativo é contratado em negociação associada à operação de captação ou aplicação de recursos, a valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado pode ser desconsiderada, conforme previsto na Circular do BACEN nº 3.150/02, desde que observada condições específicas.

As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os valores a receber e a pagar, referentes às operações de *swap*, são registrados em contas patrimoniais (Nota 6).

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam às necessidades próprias, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, de moeda e de juros. O Banco administra os riscos por meio de políticas de controles, estabelecimento de estratégias operacionais, determinação de limites e diversas técnicas de acompanhamento das posições. O Banco também efetua operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a clientes, associadas a operações de captação ou aplicação de recursos.

Para equalizar os efeitos da marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos designados como proteção, o Banco adotou em 2019 a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designou certos derivativos como *hedge* de risco de mercado, em que os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* também são demonstrados pelo valor justo e registrados na demonstração de resultado.

O objetivo da gestão de riscos e a estratégia de proteção destes riscos são documentados no início da operação e de forma contínua quanto à efetividade dos instrumentos financeiros derivativos e o ajuste a valor justo das operações objeto de *hedge*. Se o *hedge* não mais atende aos critérios de contabilização, a relação de proteção é descontinuada. O valor justo dos instrumentos derivativos usados para fins de *hedge*, bem como o valor justo dos instrumentos financeiros objeto de *hedge* estão divulgados na Nota 6 (a).

(f) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo são: (i) os títulos e valores mobiliários, classificados como disponíveis para venda e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (ii) os derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

O valor justo dos instrumentos financeiros é baseado no valor de mercado quando os preços cotados

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

estão disponíveis ou mediante estimativa por meio do desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, considerando a hierarquia de valor justo, conforme o CPC 46 - Mensuração do valor justo.

- (i) Nível 1: informações observáveis baseadas nos preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos;
- (ii) Nível 2: informações diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- (iii) Nível 3: informações para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado.

(g) Demais ativos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias (em base "pro rata" dia) e cambiais incorridos. Para estes casos, quando necessário, foram constituídas provisões para ajuste ao valor justo.

(h) Investimentos, imobilizado e intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:

- . Participação em empresas coligadas e controladas, avaliada pelo método de equivalência patrimonial (Nota 13).
- . Depreciação do imobilizado e a amortização do intangível, pelo método linear, às taxas anuais entre 10% e 20%.
- . Depreciação do imobilizado de arrendamento mercantil operacional pelo prazo contratual e baseada no valor estimado de venda dos bens no final do contrato.

(i) Passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos (em base "pro rata" dia) e cambiais incorridos.

(j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi calculada pela alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A provisão para contribuição social foi constituída pela alíquota de 20% no primeiro semestre de 2021 e 25% no segundo semestre de 2021, conforme MP nº 1.034/21 transformada na Lei nº 14.183 em 14 de julho de 2021. A partir de 1º de janeiro de 2022 a alíquota da CSLL passou a vigorar novamente a 20% e, temporariamente, vigorou à alíquota de 21% entre agosto e dezembro 2022, conforme MP 1.115/2022 convertida na Lei 14.446/2022. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e por adições temporárias foram constituídos de acordo com as alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo, considerando as suas perspectivas de recuperação e estão registrados no ativo não circulante (Nota 12). O Banco também mantém débitos tributários diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 20 (b.i)). No exercício de 2021 o Banco Rodobens apurou resultado fiscal positivo. Foram realizadas deduções de incentivos fiscais referente ao Programa de Alimentação do Trabalhador, conforme lei 6.321/76, e a Lei do Bem, conforme lei 11.196/05, destinados a empresas que realizam pesquisas e desenvolvimento de

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

inovação tecnológica (Nota 15).

(k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25), da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.
- **Passivos contingentes** - são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais, e os classificados como de perda remota não são provisionados, nem divulgados. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil.
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais quando, com base na opinião dos assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco da perda de uma ação judicial onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, podendo sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação.

(l) Impairment

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido.

Essas provisões são reconhecidas no resultado do período. O Banco efetua periodicamente a avaliação dos bens sujeitos aos testes de *impairment*.

(m) Operações de crédito, arrendamento mercantil e as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são classificados de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantias, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis distintos, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) de perda.

As rendas das operações de crédito, arrendamento mercantil e de outros créditos vencidas há mais de 59

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

dias, independentemente do nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, exceto quando há amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem mudanças do nível de risco, conforme previsto na Resolução nº 2.682 do CMN. As renegociações de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos que já haviam sido baixadas e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H".

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são fundamentadas na análise das operações efetuada pela administração para concluir quanto ao valor necessário para cobrir a carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos de liquidação duvidosa. A composição está apresentada na Nota 9.

(n) Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas diretas e indiretas são efetuadas de acordo com a Resolução BCB nº 4.818/20 e o Banco dispõe de política interna de transações com partes relacionadas. Essas operações são realizadas em condições compatíveis com as médias praticadas com terceiros ou usuais de mercado, tais como valores, prazos e taxas vigentes nas datas das operações e das suas liquidações. Os saldos das transações do Banco com suas respectivas partes relacionadas estão apresentados na Nota 22(a).

(o) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34, inciso V e §§ 4º e 5º passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do semestre e exercício aquele que: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota 23 (f).

3 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	2022	2021
Disponibilidades	1.077	2.655
Aplicações no mercado aberto (i)	33.005	25.999
	34.082	28.654

- (i) As aplicações no mercado aberto são lastreadas por títulos públicos federais, compostos integralmente por Letras do Tesouro Nacional, e têm prazos de vencimento de um dia útil.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por aplicações em depósitos interfinanceiros vinculadas ao crédito do agronegócio e Letras do Tesouro Nacional, conforme especificado abaixo:

	2022	2021
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Aplicações em depósitos interfinanceiros - crédito rural	18.812	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	33.005	25.999
	51.817	25.999

5 Títulos e valores mobiliários
(a) Saldo de títulos de valores mobiliários

Banco	Descrição	Vencimento	Nível valor justo	Valor de mercado		Valor de curva	
				2022	2021	2022	2021
Bradesco (i)	Cotas Fundo Multimercado	Sem vecto	2	103.959	203.041	103.959	203.041
Green Rdbis(i)	Cotas Fundo Multimercado	Sem vecto	2	12	202.060	12	202.060
BNDES (i)	Cotas Fundo Desenvolvimento Social	Sem vecto	2	804	776	804	776
Bradesco	Letras Financeiras	17/07/2024	1	17.294	15.307	17.294	15.307
Tesouro Nacional	Letras Financeiras Tesouro	01/03/2023	1		59.780		59.809
Tesouro Nacional	Letra do Tesouro Nacional	01/07/2023	1	38.253	34.615	39.807	37.945
Tesouro Nacional	Letra do Tesouro Nacional	03/07/2023	1	11.013	9.965	11.448	10.890
Tesouro Nacional	Letra do Tesouro Nacional	01/01/2024	1	304.547	279.812	328.121	312.133
Tesouro Nacional	Letra do Tesouro Nacional	02/01/2024	1	63.418	58.268	68.147	64.656
Total – Títulos e Valores Mobiliários				539.300	863.624	569.592	906.617
Circulante				154.041	405.877		
Não circulante				385.259	457.747		

(i) O Banco Rodobens não é cotista exclusivo desses Fundos.

Os títulos públicos são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos diariamente dos rendimentos incorridos ("curva") até a data do balanço, ajustados ao valor de mercado, e são atualizados pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA.

Os títulos privados estão custodiados na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão e os títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic).

Os títulos e valores mobiliários são classificados na categoria disponível para venda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Resultado de títulos de valores mobiliários

	2º semestre		
	2022	2022	2021
Títulos de renda fixa	17.782	44.306	39.471
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.952	4.697	2.106
	<u>20.734</u>	<u>49.003</u>	<u>41.577</u>

6 Derivativos

O Banco contratou instrumentos financeiros derivativos para proteção da carteira de crédito e captações visando minimizar a exposição à variação de taxa de juros.

As operações de *swap* são contratadas em negociação associadas às operações de crédito em taxas pré-fixadas, taxa referencial (TR), IGP-M e IPCA, e as captações, em taxas pós fixadas em percentual da DI. Essas operações foram avaliadas ao valor de mercado, como requerido pela Circular nº 3.082/02. Essa mensuração é baseada em métodos já utilizados no mercado, onde é calculado o valor futuro do ativo e valor futuro do passivo com base nas taxas de mercado (B3) e posteriormente ambos trazidos a valor presente com as mesmas taxas. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

As operações de swaps de longo prazo possuem garantia de Letra Financeira emitida pelo Banco Bradesco no valor de R\$ 17.294 (nota 5(a)).

Parte das operações de *swap* foi designada como instrumento de *hedge accounting* de valor de mercado. Em 31 de dezembro de 2022, o valor de referência de tais operações de *swap* totalizava R\$ 893.037 (2021 - R\$ 697.176). As operações de crédito em taxas pré-fixadas e operações de arrendamento mercantil operacional eram o objeto de *hedge*, além de captações via depósito a prazo com garantia especial. Esta prática foi adotada visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos derivativos, designados como proteção, ao valor justo da carteira de crédito e captações objeto de *hedge*.

Os saldos contábeis das operações de *swap* são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado e estão demonstrados a seguir:

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Fluxos financeiros dos swaps

2022								
Descrição	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Swaps designados no hedge de risco de mercado								
Instrumento de hedge								
Valor referencial	34.056	68.928	37.221	415.667	299.950	37.215		893.037
Valor de "curva"	243	446	537	11	2.564	341		4.142
Valor de mercado	434	868	1.206	(214)	7.979	1.323		11.596
Ajuste ao valor de mercado	191	422	669	(225)	5.415	982		7.454
Objeto de hedge - carteira de crédito e captações								
Valor referencial	3.455	11.154	14.211	418.890	285.738	282.262	52	1.015.762
Ajuste ao valor de mercado	(13)	(90)	(252)	(2.668)	(5.612)	(3.371)	(3)	(12.009)
Valor de mercado	3.443	11.064	13.959	416.223	280.126	278.891	49	1.003.755
Swaps não usados no hedge accounting								
Valor referencial	5.958	8.700	83.819	78.544	19.852	7.258	24.391	228.522
Valor de "curva"	20	165	629	1.288	(94)		(19.163)	(17.155)
Valor de mercado	51	186	758	1.727	(3.077)	(3.205)	(10.581)	(14.141)
Ajuste ao valor de mercado	31	21	130	439	(2.983)	(3.205)	8.581	3.014
2021								
Descrição	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 Anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Swaps designados no hedge de risco de mercado								
Instrumento de hedge								
Valor referencial	3.492	9.247	13.781	240.021	428.204	2.431		697.176
Valor de "curva"	1	(18)	(6)	(1.140)	(491)	(82)		(1.736)
Valor de mercado	82	347	694	(1.139)	3.272	237		3.493
Ajuste ao valor de mercado	82	365	700		3.763	320		5.230
Objeto de hedge - carteira de crédito e dpge								
Valor referencial	5.054	10.321	13.608	254.188	441.583	3.153		727.907
Ajuste ao valor de mercado	(17)	(139)	(481)	(4.538)	(9.988)	(413)		(15.576)
Valor de mercado	5.037	10.182	13.127	249.650	431.595	2.740		712.331
Swaps não usados no hedge accounting								
Valor referencial	4.734	5.989	31.363	35.910	78.492	7.344	28.027	191.859
Valor referencial a termo								
Valor de "curva"	(32)		11	9	26	(211)	(16.730)	(16.927)
Valor de mercado	(137)	(17)	(42)	116	(2.799)	(3.261)	(11.141)	(17.281)
Ajuste ao valor de mercado	(105)	(17)	(53)	107	(2.825)	(3.050)	5.589	(354)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Saldos dos swaps

	Nível valor justo	Valor Referencial	Banco Rodobens	Contraparte	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	Resultado	
							2º Semestre 2022	2022
CDI x Pré								
Banco Itaú	2	796	798	(779)	19		2	22
Banco Bradesco	2						(2)	11
Banco Santander	2	29.374	29.374	(28.295)	1.079		114	960
Banco Votorantim	2	273.762	294.569	(286.078)	8.491		3.025	5.238
Banco ABC Brasil	2	2.138	2.138	(2.090)	48		4	57
Banco XP	2	128.828	141.403	(138.245)	3.158		357	3.186
Banco Safra	2	117.573	126.248	(124.712)	1.962	(426)	(224)	1.569
CDI x IGP-M								
Banco Bradesco	2	16.973	16.973	(27.677)		(10.704)	1.059	(515)
CDI x IPCA								
Banco Bradesco	2	25.455	25.455	(32.160)	510	(7.215)	998	664
Banco Votorantim	2	65.142	70.975	(70.611)	461	(97)	1.286	294
Banco XP	2	111.518	124.095	(121.401)	2.694		3.852	1.723
CDI x CDI+Pré								
Banco Bradesco	2	50.000	59.339	(60.119)		(780)	(149)	(772)
Banco Votorantim	2	300.000	313.335	(315.080)		(1.745)	(642)	(2.426)
Total		1.121.559	1.204.702	(1.207.247)	18.422	(20.967)	9.680	10.011
Circulante					8.665	(3.649)		
Não Circulante					9.757	(17.318)		

	Nível valor justo	Valor Referencial	Banco Rodobens	Contraparte	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	Resultado	
							2021	
CDI x Pré								
Banco Itaú	2	2.240	2.247	(2.201)	46		143	
Banco Bradesco	2						50	
Banco Santander	2	55.690	55.690	(53.660)	2.030		4.075	
Banco Votorantim	2	117.155	120.579	(115.154)	5.459	(34)	8.658	
Banco ABC Brasil	2	6.170	6.170	(6.024)	146		528	
CDI x IGP-M								
Banco Bradesco	2	18.779	18.779	(30.175)		(11.396)	(4.661)	
CDI x IPCA								
Banco Bradesco	2	27.001	26.831	(33.654)	495	(7.318)	634	
Banco XP	2	112.000	112.117	(111.785)	469	(137)	332	
CDI x CDI+Pré								
Banco Bradesco	2	250.000	265.218	(268.569)		(3.351)	(2.336)	
Banco Votorantim	2	300.000	314.543	(314.740)		(197)	(197)	
Total		889.035	922.174	(935.962)	8.645	(22.433)	7.226	
Circulante					4.200	(4.296)		
Não Circulante					4.445	(18.137)		

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Relações interfinanceiras

O saldo de relações interfinanceiras corresponde à repasses interfinanceiros com correspondentes bancários e créditos vinculados referente depósitos no Banco Central.

Descrição	2022	2021
Correspondentes bancários	3.089	251
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central	1.955	5.588
	<u>5.044</u>	<u>5.839</u>

8 Operações de crédito e arrendamento mercantil
(a) Composição e concentração da carteira por operações

Descrição	Indústria	Comércio	Rural	Habitação	Serviços (*)	Pessoa física	2022	2021
Empréstimos e direitos creditórios descontados	244	77.949	20	36.188	1.539	87.716	203.656	120.491
Financiamentos de veículos e outros bens	184.009	326.985	31.598	119.569	1.190.760	892.271	2.745.192	2.069.099
Financiamento imobiliário		828		898	14	34.375	36.115	89.359
Arrend. mercantil financeiro	297	1.190		9.432	3.507		14.426	3.054
Arrend. mercantil operacional (Nota 8 (f))	23.753	10.721	63	2.864	61.571	5.962	104.934	119.365
Aquisição de recebíveis (i)	7.434	14.700	1.807	3.361	23.024	29.950	80.276	
Outros créditos (ii)	10.784	3.475	275	2.855	5.741	57.212	80.342	96.783
	<u>226.521</u>	<u>435.848</u>	<u>33.763</u>	<u>175.167</u>	<u>1.286.156</u>	<u>1.107.486</u>	<u>3.264.941</u>	<u>2.498.151</u>

(*) A operação de serviços é composta, substancialmente, por empresas que atuam no setor de transportes.

- (i) Aquisições de recebíveis sem coobrigação, originados das operações de pós-vendas das unidades de veículos comerciais das empresas ligadas integrantes do conglomerado Rodobens.
- (ii) Os Outros créditos compreendem as operações de devedores por compra de valores e bens, títulos e créditos a receber e créditos a receber de cartões de crédito por meio de compras à vista.

(b) Composição da carteira de operações por vencimento

Descrição	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 anos	Vencidas a partir de 15 dias	Total
Empréstimos e direitos creditórios descontados	15.183	45.875	35.090	37.626	32.292	36.058	1.532	203.656
Financiamentos de veículos e outros bens	92.178	176.504	258.506	450.714	1.492.973	262.451	11.866	2.745.192
Financiamento imobiliário	720	978	1.496	2.959	8.908	20.634	420	36.115
Arrend. mercantil financeiro	549	1.052	1.522	2.729	8.068	506		14.426
Arrend. mercantil operacional (Nota 8 (f))	5.404	10.182	13.832	23.950	39.778	11.379	409	104.934
Aquisição de recebíveis	27.028	29.669	17.940	4.888			751	80.276
Outros créditos	2.093	3.420	3.659	5.723	7.787	55.954	1.706	80.342
Total 2022	<u>143.155</u>	<u>267.680</u>	<u>332.045</u>	<u>528.589</u>	<u>1.589.806</u>	<u>386.982</u>	<u>16.684</u>	<u>3.264.941</u>
Total 2021	<u>73.400</u>	<u>146.380</u>	<u>205.166</u>	<u>422.632</u>	<u>1.199.690</u>	<u>391.029</u>	<u>59.854</u>	<u>2.498.151</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Concentração do risco de crédito

Descrição	2022		2021	
	Valor	% s/ carteira	Valor	% s/ carteira
Principal devedor	36.694	1,12	44.833	1,79
10 maiores devedores	207.332	6,35	244.854	9,80
20 maiores devedores	309.308	9,47	339.933	13,61
50 maiores devedores	516.505	15,82	512.612	20,52

(d) Composição da carteira por nível de risco

(d.i) Carteira de operações de crédito

Nível de risco	Provisão %	2022			2021		
		Operações a vencer	Vencidas a partir de 15 dias (i)	Provisão requerida	Operações a vencer	Vencidas a partir de 15 dias (i)	Provisão requerida
AA	0	426.345			359.001		
A	0,5	2.551.079	3.798	12.775	1.260.902	1.166	6.311
B	1	20.232	39.457	597	556.241	22.908	5.791
C	3	9.635	42.376	1.560	38.252	33.826	2.162
D	10	3.253	16.967	2.022	2.295	17.261	1.956
E	30	2.545	8.649	3.358	3.769	6.960	3.219
F	50	306	5.100	2.703	1.345	23.212	12.279
G	70	106	6.740	4.792	1.156	18.556	13.799
H	100	2.216	21.203	23.419	18.585	13.351	31.937
		3.015.717	144.290	51.226	2.241.546	137.240	77.454
							3.914

(d.ii) Carteira de arrendamento mercantil operacional

Nível de risco	Provisão %	2022			2021		
		Operações a vencer	Vencidas a partir de 15 dias (i)	Provisão constituída	Operações a vencer	Vencidas a partir de 15 dias (i)	Provisão constituída
AA	0	8.114			4.174		
A	0,5	88.246		441	106.850		534
B	1	5.414	684	61	3.881	1.680	55
C	3	138	689	25	420	1.311	52
D	10	81	629	71	164	383	55
E	30	67	555	187		86	26
F	50		148	74	142		71
G	70		12	9			
H	100		157	157	51	223	273
		102.060	2.874	1.025	115.682	3.683	1.066

- (i) Compreende as parcelas vincendas e vencidas, desde que a operação possua parcelas com atraso superior a 15 dias.

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) A provisão adicional, em incremento ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, é constituída com base na perda esperada obtida através de indicadores de crédito da carteira.

(e) Operações renegociadas e recuperadas

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo total de créditos renegociados é de R\$ 311.123 (2021 - R\$ 349.869). As operações de crédito renegociadas durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 112.064 (2021 - R\$ 45.675). O montante renegociado é composto substancialmente por: (i) financiamentos para aquisição de bens no montante de R\$ 60.638 (2021 - R\$ 31.784) e operações de arrendamento mercantil operacional no montante de R\$ 5.031 (2021 - R\$ 952), renegociadas substancialmente para prorrogações de parcelas; e (ii) operações de empréstimo para capital de giro, que correspondem ao montante de R\$ 43.506 (2021 - R\$ 3.003), geradas substancialmente por alterações de taxas e prorrogações de contratos.

No exercício de 2022 foram recuperados créditos baixados como prejuízo no valor de R\$ 8.351 (2021 - R\$ 12.189), cujo valor está registrado em "Receita da intermediação financeira - Operações de crédito" no resultado do exercício (Nota 8(g)).

(f) Arrendamento mercantil operacional

	2022	2021
Arrendamentos operacionais a receber	104.934	119.365
Rendas a apropriar de arrendamento operacional a receber	(94.985)	(110.604)
Ajuste a mercado das operações objeto de <i>hedge</i>	(1.254)	(2.620)
Bens arrendados	295.270	295.268
Provisão para perdas de bens	(123)	(184)
Depreciação acumulada de bens	(107.457)	(118.966)
Valor dos contratos de arrendamento mercantil operacional	196.385	182.259

(g) Receitas das operações de crédito e arrendamento mercantil

	2º semestre 2022	2022	2021
Operações de crédito			
Empréstimos e direitos creditórios descontados	17.010	29.050	11.329
Financiamentos de veículos e outros bens	158.873	297.649	178.591
Financiamento imobiliário	1.844	6.121	10.193
Aquisição de recebíveis	4.899	4.899	
Outros créditos	2.565	6.825	7.030
Equalização de taxas	17.484	30.030	7.519
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	3.616	8.351	12.189
Valor justo das operações objeto de <i>hedge accounting</i>	5.706	1.182	(9.609)
	211.997	384.107	217.242
Arrendamento mercantil operacional	51.267	96.122	93.941
Arrendamento mercantil financeiro	2.256	3.174	424
Valor justo das operações objeto de <i>hedge accounting</i>	1.173	1.345	(7.878)
	54.696	100.641	86.487
	266.693	484.748	303.729

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A estimativa de provisão para perdas associadas ao risco de crédito apresentou as seguintes movimentações:

	2º semestre 2022	2022	2021
Saldo no início do semestre/exercício	85.526	82.434	77.130
Constituição das provisões	22.673	66.297	65.710
(-) Reversão das provisões	(27.572)	(38.128)	(26.410)
(+) Reativação de contratos baixados para prejuízo			930
(-) Créditos baixados para prejuízo	(28.376)	(58.352)	(34.926)
Saldo no fim do semestre/exercício	52.251	52.251	82.434

10 Outros créditos

Descrição	2022	2021
Lucros e juros sobre capital próprio a receber (i)	53.305	34.290
Devedores por depósitos em garantia (ii)	43.537	39.807
Gastos com contencioso a recuperar	7.681	4.446
(-) Provisões para perdas - gastos com contencioso	(6.606)	(4.157)
Outros	9.524	6.181
	107.441	80.567
Circulante	7.389	4.347
Não circulante	100.052	76.220

- (i) Referem-se a valores de lucros e juros sobre capital próprio distribuídos pelas investidas (Nota 13).
- (ii) Referem-se, substancialmente, a depósitos judiciais no montante integral dos créditos tributários oriundos do mandado de segurança para resguardar a dedutibilidade de IRPJ e CSLL sobre a distribuição de juros sobre o capital próprio referente a exercícios anteriores.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Outros valores e bens

Descrição	2022	2021
Bens não de uso próprio, retomados (i)		
Imóveis (iii)	18.402	55.878
Veículos	16.784	5.452
Outros bens	146	4.900
(-) Provisões para desvalorizações	(1.712)	(6.060)
Bens não de uso próprio, leasing operacional (ii)		
Veículos retornados	7.614	7.996
Veículos a arrendar	2.825	3.021
Despesas antecipadas		
Despesas antecipadas leasing operacional	1.779	2.357
Outras despesas antecipadas	581	1.087
	46.419	74.631
Circulante	28.936	26.374
Não circulante	17.483	48.257

- (i) Referem-se aos veículos, imóveis e outros, obtidos em dação de pagamento, apreendidos ou retomados e deduzidos de suas respectivas provisões para desvalorizações.
- (ii) Consideram-se os veículos adquiridos para futuros arrendamentos ou retornados dos contratos de arrendamento mercantil encerrados e, quando aplicável, deduzidos de suas respectivas provisões para desvalorizações.
- (iii) No exercício de 2022, o Banco vendeu bens não de uso próprio (BNDU) imóveis avaliados em R\$ 38.135, mediante recebimento à vista, para a coligada indireta Rodobens Administração de Ativos Imobiliários Ltda. (Nota 22(b)).

12 Ativos fiscais**(a) Composição dos ativos fiscais correntes**

Descrição	2022	2021
Impostos e Contribuições a Compensar		
Antecipações de IRPJ e CSLL	1.961	8.169
Créditos de decisões transitadas em julgado (i)	2.375	133
Outros impostos e contribuições a compensar	209	332
	4.545	8.634
Circulante	4.412	8.501
Não circulante	133	133

- (i) Referem se substancialmente a provisão e ao crédito precatório referente processo de repetição de indébito de ISS nas operações de leasing operacional.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição e movimentação dos ativos fiscais diferidos

	31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2022
Prejuízo fiscal (IRPJ) e base de cálculo negativa da CSLL	5.623	24.466		30.089
Diferenças temporárias: PIS e COFINS				
Ajustes ao valor justo de instrumentos financeiros	2.200	17	(891)	1.326
Diferenças temporárias: IRPJ e CSLL				
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	37.095	29.495	(43.077)	23.513
Diferimento de receitas de equalização de taxas	89	342	(164)	267
Perdas de créditos baixados para prejuízo (provisão)	17.038	26.258	(12.455)	30.841
Ajustes ao valor justo de instrumentos financeiros	20.300	161	(8.225)	12.236
Provisões passivas: contingências e desp. oper. e administrativas	8.343	4.849	(5.485)	7.707
Redução do valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)	4.679	2.951	(3.187)	4.443
	<u>95.367</u>	<u>88.539</u>	<u>(73.484)</u>	<u>110.422</u>

	31 de dezembro de 2020	Adições	Baixas	Majoração alíquota CSLL	31 de dezembro de 2021
Prejuízo fiscal (IRPJ) e base de cálculo negativa da CSLL	8.077		(2.743)	289	5.623
Diferenças temporárias: PIS e COFINS					
Ajustes ao valor justo de instrumentos financeiros	811	2.538	(1.149)		2.200
Diferenças temporárias: IRPJ e CSLL					
Perdas esperadas associadas ao risco de crédito	34.708	30.273	(29.220)	1.334	37.095
Diferimento de receitas de equalização de taxas	78	90	(86)	7	89
Perdas de créditos baixados para prejuízo (provisão)	10.986	15.206	(9.751)	597	17.038
Ajustes ao valor justo de instrumentos financeiros	7.480	23.415	(10.763)	168	20.300
Provisões passivas: contingências e desp. oper. e administrativas	5.759	7.372	(5.064)	276	8.343
Redução do valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)	5.719	2.032	(3.134)	62	4.679
	<u>73.618</u>	<u>80.926</u>	<u>(61.910)</u>	<u>2.733</u>	<u>95.367</u>

(c) Projeção de realização e valor presente dos ativos fiscais diferidos

Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente dos ativos fiscais diferidos foi calculado com base na taxa DI de 13,65% a.a. e totalizava R\$ 85.848 (2021 - CDI de 9,15% a.a. e totalizava R\$ 81.000).

	Projeção de realização					
Ativos fiscais diferidos	2023	2024	2025	2026	2027	De 5 a 10
Adições temporárias	44.140	25.862	6.595	5.056	1.791	(3.111)
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL	1.605	7.047	4.711	10.244	6.483	
	<u>45.745</u>	<u>32.909</u>	<u>11.306</u>	<u>15.300</u>	<u>8.274</u>	<u>(3.111)</u>
						<u>110.422</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Investimentos em participações em coligadas e controladas

As participações societárias em empresas do Grupo Rodobens estão sumariadas como a seguir:

	Rodobens Administradora de Consórcios Ltda. (i)	Ativos - Adm. Carteira de Valores Mobiliários Ltda. (ii)	Total
Ativo circulante e não circulante	1.240.412	15.758	
Passivo circulante e não circulante	250.781	1.601	
Patrimônio líquido	989.631	14.157	
Passivos Contingentes	75.603		
Resultado da investida no exercício de 2022	277.738	34.470	
Resultado abrangente - <i>hedge de fluxo de caixa</i>	220		
Total do Resultado abrangente em 31 de dezembro de 2022	277.958	34.470	
Capital social em 31 de dezembro de 2022	235.153	100	
Percentual de participação	19,36%	99,90%	
Movimentação em:			
31 de dezembro de 2020	156.739	15.114	171.853
Resultado de equivalência patrimonial	46.483	32.825	79.308
JCP, lucros e dividendos distribuídos	(28.125)	(31.469)	(59.594)
Ajustes patrimoniais nas investidas (iii)	(13)		(13)
31 de dezembro de 2021	175.084	16.470	191.554
Resultado de equivalência patrimonial	53.780	34.437	88.217
JCP, lucros e dividendos distribuídos	(37.276)	(36.763)	(74.039)
Ajustes patrimoniais nas investidas (iii)	43		43
31 de dezembro de 2022	191.631	14.144	205.775
30 de junho de 2022	188.674	15.337	204.011
Resultado de equivalência patrimonial	26.872	17.488	44.360
Lucros e dividendos distribuídos	(23.915)	(18.681)	(42.596)
31 de dezembro de 2022	191.631	14.144	205.775

- (i) A investida Rodobens Administradora de Consórcios Ltda., uma empresa brasileira com sede na Avenida Murchid Homsí, 1404, São José do Rio Preto-SP, tem como principal atividade a administração de grupos de consórcio, e sua moeda funcional é o Real.
- (ii) A investida é considerada como uma empresa coligada. Apesar do Banco Rodobens não manter 20% do poder de voto, exerce influências significativa de outras formas como operações materiais entre o investidor e a investida, intercâmbio de diretores ou gerentes e fornecimento de informação técnica essencial conforme CPC 18R2.

Conforme ata de reunião dos sócios realizada em 03 de fevereiro de 2020 e 31 de dezembro de 2020, foram distribuídos lucros nos valores de R\$ 309 e R\$ 290, respectivamente, de forma desproporcional a participação de cada sócio, gerando uma perda de capital no montante de R\$ 561 e o saldo a receber nos valores de R\$ 35 e R\$ 5 estão registrados na rubrica de "Outros créditos - diversos" (Nota 10).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Em reuniões dos sócios realizadas em 31 de julho de 2020, 19 de agosto de 2020, 29 de setembro de 2020, 29 de outubro de 2020, 30 de novembro de 2020 e 29 e 31 de dezembro de 2020, foram aprovadas as distribuições de lucros proporcionais à participação de cada sócio nos montantes de R\$ 2.566, R\$ 2.153, R\$ 1.791, R\$ 1.791, R\$ 1.791 e R\$ 3.249, respectivamente, e está registrado na rubrica de "Outros créditos - diversos" (Nota 10).

Em reuniões dos sócios realizadas em 30 de junho de 2020 e 29 de dezembro de 2020, foram aprovadas as distribuições de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da taxa de juros a longo prazo (TJLP), nos montantes de R\$ 3.485 e R\$ 3.098, respectivamente, e o saldo líquido de imposto de renda retido na fonte nos montantes de R\$ 2.963 e R\$ 2.634, respectivamente, estão registrados na rubrica de "Outros créditos - diversos" (Nota 10).

Em reunião dos sócios realizada em 18 de junho de 2021, foi aprovada a distribuição de lucros proporcional à participação de cada sócio no montante de R\$ 12.587, recebido integralmente em 22 de junho de 2021.

Em reuniões dos sócios realizadas em 31 de março de 2021 e 21 de junho de 2021, foram aprovadas as distribuições de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da taxa de juros a longo prazo (TJLP), ambas no montante de R\$ 1.549, e o saldo líquido de imposto de renda retido na fonte ambas no montante de R\$ 2.633, estão registrados na rubrica de "Outros créditos - diversos" (Nota 10).

Em reunião dos sócios realizada em 17 de dezembro de 2021, foi aprovada a distribuição de lucros proporcional à participação de cada sócio no montante de R\$ 10.214, recebido integralmente em 27 de dezembro de 2021.

Em reuniões dos sócios realizadas em 29 de setembro de 2021 e 23 de dezembro de 2021, foram aprovadas as distribuições de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da taxa de juros a longo prazo (TJLP), no montante de R\$ 1.936 e R\$ 290, respectivamente, e o saldo líquido de imposto de renda retido na fonte nos montantes de R\$ 1.646 e R\$ 246, estão registrados na rubrica de "Outros créditos - diversos" (Nota 10).

Em reuniões dos sócios realizadas em 30 de março de 2022, 20 de maio de 2022 e 29 de junho de 2022, foram aprovadas a distribuição de lucros proporcional à participação de cada sócio nos montantes de R\$ 4.270, R\$ 1.355 e R\$ 4.454, respectivamente, e recebidos integralmente em 20 de março de 2022 e 23 de maio de 2022.

Em reuniões dos sócios realizadas em 30 de março de 2022 e 29 de junho de 2022, foram aprovadas as distribuições de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da taxa de juros a longo prazo (TJLP), nos montantes de R\$ 2.517 e R\$ 2.905. Em 30 de março de 2022 foi recebido o valor líquido de imposto de renda retido na fonte no montante de R\$ 4.609.

Em reuniões dos sócios realizadas em 17 de outubro e 28 de dezembro de 2022, foram aprovadas distribuições de lucros proporcional à participação de cada sócio nos montantes de R\$ 1.646 e R\$ 17.040, respectivamente. O montante de R\$ 1.646 foi recebido integralmente em 27 de outubro de 2022. Já o valor de R\$ 17.040 está registrado na rubrica de "Outros créditos - diversos" (Nota 10).

Em reuniões dos sócios realizadas em 29 de setembro e 28 de dezembro de 2022, foram aprovadas distribuições de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da taxa de juros a longo prazo (TJLP), nos montantes de R\$ 2.905 e R\$ 2.324. Em 30 de setembro de 2022 foi recebido o valor líquido de imposto de renda retido na fonte no montante de R\$ 2.469. O saldo líquido de imposto de renda no montante de R\$ 1.975 está registrado na rubrica de "Outros créditos - diversos" (Nota 10).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (iii) A investida Ativos - Administração de Carteira de Valores Mobiliários Ltda., uma empresa brasileira com sede na Avenida Andrômeda, nº 885, Barueri-SP, tem como principal atividade a administração de carteira de valores mobiliários.

A investida é considerada como uma empresa coligada, pois o Banco Rodobens exerce influência significativa mantendo mais de 20% sobre o poder de voto, e também sobre outras formas como operações materiais entre o investidor e a investida, e fornecimento de informação técnica essencial, conforme dispõe o CPC 18 R2.

Durante o exercício de 2022 foram recebidos lucros no montante de R\$ 36.763 (2021 – R\$ 31.469).

- (iv) Ajustes patrimoniais nas investidas

Referem-se aos ajustes no patrimônio líquido da investida Rodobens Administradora de Consórcios Ltda., registrado por meio do método de equivalência patrimonial das suas coligadas e controladas. Os ajustes são compostos pela parcela efetiva do *hedge accounting* de fluxo de caixa.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Imobilizado de uso, imobilizado de arrendamento e intangível

2022

	Imobilizado de uso			Total	Imobilizado de arrendamento	Intangível	Total
	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Benfeitoria em bens de terceiros		Veículos	Software	
Saldos em 31 de dezembro de 2021							
Custo total	822	826	3.365	5.013	295.268	6.835	307.116
Depreciação/amortização acumulada	(764)	(654)	(2.922)	(4.340)	(118.966)	(2.659)	(125.965)
Saldo contábil líquido	<u>58</u>	<u>172</u>	<u>443</u>	<u>673</u>	<u>176.302</u>	<u>4.176</u>	<u>181.151</u>
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022							
Saldo inicial	58	172	443	673	176.302	4.176	181.151
Aquisições	3	32	79	114	51.474	4.008	55.596
Baixas valor residual					(23.854)		(23.854)
Depreciação e amortização	(25)	(43)	(203)	(271)	(16.109)	(1.415)	(17.795)
Saldo contábil líquido	<u>36</u>	<u>161</u>	<u>319</u>	<u>516</u>	<u>187.813</u>	<u>6.769</u>	<u>195.098</u>
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022							
Custo total	825	858	3.444	5.127	295.270	10.843	311.240
Depreciação/amortização acumulada	(789)	(697)	(3.125)	(4.611)	(107.457)	(4.074)	(116.142)
Saldo contábil líquido	<u>36</u>	<u>161</u>	<u>319</u>	<u>516</u>	<u>187.813</u>	<u>6.769</u>	<u>195.098</u>
Taxas anuais de depreciação/amortização - %	10	20	10 a 20		5 a 20 (i)	20	

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

							2021
	Imobilizado de uso				Imobilizado de arrendamento	Intangível	
	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Benfeitoria em bens de terceiros	Total	Veículos	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020							
Custo total	823	651	3.362	4.836	335.337	3.103	343.276
Depreciação/amortização acumulada	(722)	(623)	(2.708)	(4.053)	(104.439)	(2.245)	(110.737)
Saldo contábil líquido	101	28	654	783	230.898	858	232.539
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021							
Saldo inicial	101	28	654	783	230.898	858	232.539
Aquisições		175	3	178	8.509	4.207	12.894
Baixas valor residual	(1)			(1)	(24.611)	(475)	(25.087)
Saldo contábil líquido	58	172	443	673	176.302	4.176	181.151
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021							
Custo total	822	826	3.365	5.013	295.268	6.835	307.116
Depreciação/amortização acumulada	(764)	(654)	(2.922)	(4.340)	(118.966)	(2.659)	(125.965)
Saldo contábil líquido	58	172	443	673	176.302	4.176	181.151
Taxas anuais de depreciação/amortização - %	10	20	10 a 20		5 a 20 (i)	20	

- (i) A depreciação do imobilizado de arrendamento mercantil operacional é pelo prazo contratual e baseada no valor estimado de venda dos bens no final do contrato.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	2022		2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	80.671	80.671	114.628	114.628
Participação no lucro	(3.249)	(3.249)	(5.000)	(5.000)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	77.422	77.422	109.628	109.628
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 20%	19.356	15.484	27.407	21.926
Resultado de participações em coligadas e controladas	(22.054)	(17.643)	(19.827)	(15.862)
Juros sobre o capital próprio auferidos	2.662	2.130	1.331	1.065
Juros sobre o capital próprio distribuídos	(8.676)	(6.940)	(6.500)	(5.200)
Diferenças permanentes	864	28	1.123	121
Incentivo fiscal (PAT)			(215)	
Incentivo fiscal (Lei do bem)			(76)	(62)
Adicional do imposto de renda	(24)		(24)	
Contribuição social (diferença majoração alíquota - 5%)				(160)
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	(7.872)	(6.941)	3.219	1.828

(a) Emenda Constitucional nº 103/19

A Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, majorou a alíquota da CSLL para 20%, com vigência a partir de 1º de março de 2020.

(b) Lei nº 14.183/21 – Conversão da MP nº 1.034/21

A Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021, convertida na Lei 14.183 em 14 de julho de 2021, elevou a alíquota da CSLL devida pelas instituições financeiras de 20% para 25% com vigência entre 1º de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, sendo que a partir de 1º de janeiro de 2022 a alíquota da CSLL retornou a 20%.

(c) Lei nº 14.446/22 – Conversão da MP nº 1.115/22

A alíquota da CSLL vigorou à 21%, temporariamente, entre agosto e dezembro 2022, conforme MP 1.115/2022, convertida na Lei 14.446/2022. Não houve impacto para Banco devido à base de cálculo negativa da CSLL no período.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Depósitos

As captações em depósitos a vista, a prazo e os depósitos interfinanceiros são negociados a taxas usuais de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

2022	Remuneração	Vencimento					
		Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos a vista		601					601
Depósitos a prazo - CDB							
	80% a 149% do CDI		69.267	227.082	114.851	104.327	515.527
	IPCA + 2,7% a 8,2%		939	136.558	109.303	60.020	356.981
	Pré 7,21% a 15,62%		39.713	563.362	415.759	87.420	1.106.254
Outros depósitos		1.818					1.818
		2.419	109.919	927.002	639.913	251.767	1.981.181

2021	Remuneração	Vencimento					
		Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos a vista		468					468
Depósitos interfinanceiros							
	DI + 0,4%			211.969			211.969
Depósitos a prazo - CDB							
	80% a 149% do CDI		7.813	28.788	174.418	149.359	360.378
	IPCA + 2,25% a 6,5%			44.660	70.931	9.572	174.732
	Pré 6,97% a 13%		50.326	105.302	733.956	123.739	1.013.323
Outros depósitos		5.543					5.543
		6.011	58.139	390.719	979.305	282.670	1.766.413

17 Recursos de aceites e emissão de títulos

Os recursos de aceites e emissão de títulos, negociados a taxa de juros de mercado, compreendem a emissão de Letras de créditos imobiliários, Letras de créditos do agronegócio e Letras financeiras. Os títulos têm as seguintes remunerações e distribuição por prazos de vencimentos conforme quadro abaixo:

2022	Remuneração	Vencimento				
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Letras de créditos imobiliários						
	IPCA + 2,94% a 4,61%			3.448	2.497	563
	75% a 99% do CDI	3.916	6.450		7.796	7.141
	Pré 8,4% a 13,10%	12.474	78.237	14.517		
		16.390	84.687	17.965	10.293	7.704
Letras de créditos agronegócio						
	Pré 9,06% a 12,55%	13.429	56.690	2		
	75% a 131% do CDI	6.333	15.674	26.489	1.373	12
		19.762	72.364	26.491	1.373	12
Letras financeiras						
	DI + 1,5% a 1,90%	361.591	368.072	205.389		
		361.591	368.072	205.389		
		397.743	525.123	249.845	11.666	7.716
						1.192.093

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Vencimento					
2021	Remuneração	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Letras de créditos imobiliários							
	IPCA + 2,94% a 4,61%			1.651	3.272	968	5.891
	80% a 130,5% do CDI	13.142	15.487		10.356	9.749	48.734
	Pré 5,50% a 9,00%	10.220	40.395	24			50.639
		23.362	55.882	1.675	13.628	10.717	105.264
Letras de créditos agronegócio							
	69% a 131% do CDI	30.986	47.204	13.834	20.442	143	112.609
Letras financeiras							
	111,70% do CDI		56.092				56.092
	DI + 1,5973% a 1,80%			673.477			673.477
			56.092	673.477			729.569
		54.348	159.178	688.986	34.070	10.860	947.442

18 Obrigações por repasses do país – instituições oficiais

Referem-se a repasses de recursos para operações de Finame e têm vencimentos até janeiro de 2028 com incidência de encargos financeiros definidos nas políticas operacionais do sistema do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

2022	Remuneração	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Finame							
	Pré 4,73% a 14,45%	20.470	60.148	114.416	54.831	463	250.328
	Pós 4,05% a 6,32%	3.360	6.560	1.360	113		11.393
	SELIC + 1,15% a 2,61%	8.676	27.097	64.033	24.017	120	123.943
	8,1% (TJLP + tx de risco) + TJLP365	14					14
		32.520	93.805	179.809	78.961	583	385.678

2021	Remuneração	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
Finame						
	Pré - 4,73% a 14%	13.841	40.291	83.671	37.787	175.590
	Pós - 4,05% a 5,44%	3.929	10.827	11.644		26.400
	SELIC + 1,25% a 2,61%	6.162	19.638	52.942	36.949	115.691
	7,6% a 8,1% (TJLP + tx de risco) + TJLP365	1.139	1.431	13		2.583
		25.071	72.187	148.270	74.736	320.264

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Despesas com captações, empréstimos e repasses

	2º Semestre 2022	2022	2021
Depósitos interfinanceiros	935	14.663	9.649
Depósitos a prazo	106.017	193.731	58.640
Emissões de títulos			
Letras de crédito do agronegócio (LCA)	7.378	12.720	5.356
Letras de crédito imobiliário (LCI)	7.222	11.193	5.455
Letras financeiras	59.849	103.271	48.433
Despesa de contribuição ao FGC	1.312	2.775	2.033
Deságio na colocação de títulos	2.257	3.944	1.516
	184.970	342.297	131.082
Empréstimos e Repasses			
BNDES/Finame	20.291	36.476	22.034
Caixa Econômica Federal	298	582	621
	20.589	37.058	22.655

20 Outras obrigações

(a) Sociais e estatutárias

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da rubrica "Outras obrigações - Sociais e estatutárias" corresponde a R\$ 18 (2021 - R\$ 17.131), composto pelo saldo remanescente de dividendos e JCP a pagar.

(b) Fiscais e previdenciárias

Descrição	2022	2021
Provisão para impostos e contribuições diferidos (b.i)	62.714	56.294
Outros impostos e contribuições a recolher	6.143	2.813
	68.857	59.107
Circulante	6.143	2.813
Não circulante	62.714	56.294

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b.i) Provisão para impostos e contribuições diferidos

Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de resultados ainda não tributáveis, e que serão exigidas pela legislação tributária conforme a realização futura.

Descrição	31 de dezembro de 2021	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2022
Diferenças temporárias: PIS e COFINS				
Atualização dos depósitos judiciais em garantia	558	146		704
Crédito e provisão sobre precatórios		90		90
Diferenças temporárias: IRPJ e CSLL				
Ajuste econômico depreciação - Lei 11.638	50.523	12.905	(9.347)	54.081
Atualização dos depósitos judiciais em garantia	5.147	1.347	(4)	6.490
Crédito e provisão sobre precatórios		968		968
Superveniência (insuficiência) de depreciação	66	318	(3)	381
	<u>56.294</u>	<u>15.774</u>	<u>(9.354)</u>	<u>62.714</u>

Descrição	31 de dezembro de 2020	Adições	Baixas	Majoração alíquota CSLL	31 de dezembro de 2021
Diferenças temporárias: PIS e COFINS					
Atualização dos depósitos judiciais em garantia	504	54			558
Diferenças temporárias: IRPJ e CSLL					
Ajuste econômico depreciação - Lei 11.638	48.488	8.945	(7.384)	474	50.523
Atualização dos depósitos judiciais em garantia	4.652	494	(532)	533	5.147
Superveniência (insuficiência) de depreciação		66			66
	<u>53.644</u>	<u>9.559</u>	<u>(7.916)</u>	<u>1.007</u>	<u>56.294</u>

(c) Diversas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Descrição	2022	2021
Provisão para pagamentos a efetuar (i)	19.697	19.541
Obrigações do Plano único (ii)	7.084	7.873
Provisão para passivos contingentes (c.i)	6.841	5.996
Obrigações com operações de crédito a liberar (iii)	6.728	8.187
Obrigações com cartão de crédito a repassar (iv)	6.409	8.697
Créditos na venda de veículos apreendidos (v)	3.076	1.121
Recursos do FGTS para amortizações	1.373	1.891
Equalização de taxas recebidas antecipadamente (vi)	592	198
Valores a pagar a sociedades ligadas	323	323
Credores por recursos a liberar	7	121
Obrigações com cartão pré-pago a repassar		832
Outros	3.188	5.178
	<u>55.318</u>	<u>59.958</u>
Circulante	<u>48.074</u>	<u>53.945</u>
Não circulante	<u>7.244</u>	<u>6.013</u>

- (i) Referem-se a contas a pagar com pessoal, despesas administrativas e provisões de despesas com a operação de arrendamento mercantil operacional.
- (ii) Correspondem aos valores do Plano único relativos aos clientes que se encontram na fase ainda não contemplados com cartas de crédito.
- (iii) As operações de crédito a liberar, representam os contratos que aguardam o pagamento do crédito.
- (iv) Obrigações com cartão de crédito correspondem aos créditos utilizados, aguardando o vencimento para repasse às entidades credoras do consumo de bens e serviços.
- (v) Refere-se aos saldos positivos remanescentes das vendas de veículos apreendidos para quitação dos débitos, disponível para devolução aos clientes das operações de crédito correspondentes.
- (vi) Refere-se a rendas antecipadas de equalização de taxas de operações de crédito, cuja realização ocorre na fluência dos respectivos prazos contratuais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.i) Provisão para passivos contingentes

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária, conforme critérios de reconhecimento e mensuração da Nota 2 (j).

(i) Contingências Cíveis

As provisões e as contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais.

Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

A apuração da provisão é realizada mensalmente, considerando o valor esperado da perda, realizada por meio de aplicação de parâmetro estatístico, observando-se a natureza da ação e as características do juízo em que tramitam (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum).

(ii) Contingências Trabalhistas

As provisões decorrem de condenações de ações trabalhistas em face da Rodobens, bem como das condenações decorrentes de multas aplicadas pelo Ministério do Trabalho e Ministério Público do Trabalho. Para fins de provisão deve ser considerado o valor bruto da condenação (principal corrigido + encargos previdenciários e fiscais), apurado através de cálculos elaborados por calculista/contador (das partes ou do juízo), conforme política interna. A cada decisão proferida o valor provisionado é reavaliado e alterado quando for necessário (modificação do julgado/alteração de fase).

(iii) Contingências Tributárias

As provisões são decorrentes de decisões judiciais desfavoráveis à empresa, seja em fase 1, 2 ou 3, no âmbito do contraditório exercido de forma ativa e/ou passiva, face à exigência fiscal feita por Órgão Público, sobre as quais, de acordo com a opinião do jurídica, as chances de reversão são improváveis. A contingência tem como objeto original multa de PROCON, Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) de veículo dado em garantia e honorários sucumbenciais.

(iv) Movimentação das provisões constituídas

Estão apresentados a seguir, os saldos de provisões para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias constituídos, as respectivas movimentações, e os valores depositados em garantia e sua atualização nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Os depósitos em garantia de natureza cível são atualizados pela Taxa Referencial.

								2022
Natureza	Saldo inicial	Constituições	Reversões	Pagamentos	Saldo Final	Valores depositados em garantia	Atualização	Saldo Final
Cível	4.189	3.158	(935)	(1.409)	5.003	1031	9	1040
Trabalhista	1.803	509	(50)	(489)	1.773	184		184
Tributária	4	61			65			0
	5.996	3.728	(985)	(1.898)	6.841	1.215	9	1.224

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

									2021
Natureza	Saldo inicial	Constituições	Reversões	Pagamentos	Saldo Final	Valores depositados em garantia	Atualização	Saldo Final	
Cível	3.007	3.358	(1.347)	(829)	4.189	390		390	
Trabalhista	1.672	312	(23)	(158)	1.803	184		184	
Tributária		4			4				
	4.679	3.674	(1.370)	(987)	5.996	574		574	

(d) Passivos contingentes, não provisionados

Com base na avaliação de seus consultores jurídicos, o Banco tem ações judiciais e processos de natureza cível, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como passivos contingentes (perda possível), para os quais não há provisão constituída, e estão apresentados no quadro a seguir:

Natureza	2022		2021	
	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Cível	832	13	169	52
Trabalhista	439	1	1.673	6
Tributária	1.987	3	583	4
	3.258	17	2.425	62

21 Patrimônio líquido
(a) Capital social

O capital social é representado por ações ordinárias nominativas sem valor nominal, conforme demonstrado abaixo:

Acionistas	2022		
	Posição Ações Ordinárias	% de participação	Capital Social
Rodobens S.A.	230.190.640	88,15%	301.513
Rodobens Adm. Corretora de Seguros Ltda	30.944.517	11,85%	40.532
	261.135.157	100,00%	342.045

(b) Reservas de lucros

O saldo de reservas de lucros em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é formado pelas reservas legal e estatutária.

A reserva legal é composta pela destinação de 5% do lucro líquido auferido em cada exercício, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva totalizou o montante de R\$ 57.434 (2021 – R\$ 52.822) e tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

A reserva estatutária refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados e tem por finalidade garantir meios financeiros para o desenvolvimento da sociedade e garantir recursos para

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

pagamentos de dividendos e para aumento de capital, a ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, não podendo superar o saldo de 95% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, a reserva estatutária totalizou o montante de R\$ 239.833 (2021 – R\$184.113).

Os lucros a disposição da Assembleia representam exclusivamente o saldo de lucros apurados no exercício corrente aguardando destinação em deliberação da Assembleia Geral Ordinária, conforme Art. 132, inciso II da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022, os lucros a disposição da Assembleia totalizavam o montante de R\$ 52.923 (2021 – R\$ 73.352).

(c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% do lucro líquido anual ajustado de acordo com a legislação societária, sujeito à aprovação de Assembleia Geral de Acionistas.

Os acionistas deliberaram em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2018 a distribuição de dividendos no valor de R\$ 58.914. O valor de R\$ 58.896 foi liquidado através da transferência de bens não de uso próprios (BNDU) conforme avaliação e o saldo remanescente a pagar, no valor de R\$ 18, está registrado na rubrica de “Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias” (Nota 20 (a)).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2020, foi aprovada a destinação de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 10.000, calculados com base na variação TJLP. Os valores de R\$ 7.493 e R\$ 1.007 líquido de imposto de renda retido na fonte foram pagos em junho de 2021 e março de 2022.

Os acionistas deliberaram em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 18 de junho de 2021 e 17 de dezembro de 2021 a distribuição de dividendos nos valores de R\$ 12.587 e R\$ 10.214, os quais foram pagos em junho de 2021 e dezembro de 2021, respectivamente.

Os acionistas deliberaram em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 31 de março de 2021, 30 de junho de 2021, 29 de setembro de 2021 e 23 de dezembro de 2021, as destinações de juros sobre o capital próprio nos montantes de R\$ 3.000, R\$ 5.000, R\$ 12.000 e R\$ 6.000, respectivamente, calculados com base na variação TJLP. Os valores de R\$ 5.994, R\$ 8.991, R\$ 2.619 e R\$ 4.496 líquido de imposto de renda retido na fonte, foram pagos em junho de 2021, janeiro de 2022, março de 2022 e junho de 2022, respectivamente.

Os acionistas deliberaram em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 20 de março de 2022, 20 de maio de 2022, 29 de junho de 2022, 17 de outubro de 2022 e 28 de dezembro de 2022 a distribuição de dividendos nos valores de R\$ 2.130, R\$ 1.355, R\$ 4.500, R\$ 1.646 e R\$ 8.000 os quais foram pagos integralmente em março de 2022, maio de 2022, junho de 2022, outubro de 2022 e dezembro de 2022, respectivamente.

Os acionistas deliberaram em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 30 de março de 2022, 29 de junho de 2022, 29 de setembro de 2022 e 28 de dezembro de 2022 as destinações de juros sobre o capital próprio nos montantes de R\$ 2.400, R\$ 2.800, R\$ 2.800 e R\$ 26.700, respectivamente, calculados com base na variação TJLP. Os valores de R\$ 2.040, R\$ 2.380, R\$ 2.380 e R\$ 22.695 líquido de imposto de renda retido na fonte, foram pagos em março de 2022, junho de 2022, outubro de 2022 e dezembro de 2022, respectivamente.

(d) Outros resultados abrangentes

A variação no patrimônio líquido referente outros resultados abrangentes é decorrente de ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários (líquido de impostos), e parcela efetiva do *hedge* de fluxo de caixa em investidas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Transações entre partes relacionadas

(a) Saldos e operações

Os valores abaixo se referem às transações do Banco com partes relacionadas do Grupo Rodobens ocorridas no segundo semestre e exercício. As taxas utilizadas pelo Banco nas operações envolvendo partes relacionadas são taxas usuais de mercado nas datas das transações, conforme laudos de avaliação ou observação de transações equivalentes com partes independentes.

	Rodobens Administr. Consórcios (i)	Portobens Administr. Consórcios (i)	BrQualy Administr. Consórcios (i)	CNF Administr. Consórcios (i)	Rodobens Brasil Participações (i)	Brqualy Participações (i)	ConBr Administr. Consórcios (i)	RNI Negócios Imobiliários (i)	Rodobens S/A (ii)	Outros (iii)
Saldos ativos										
31 de dezembro de 2022	622	6	1							38.083
31 de dezembro de 2021	22.846	8.725	2	1						35.278
Saldos passivos										
31 de dezembro de 2022	132.678	1.650	8	760		41	1.059	51		364.482
31 de dezembro de 2021	1.476		311	1.545		104	834	2.197	952	475.847
Receitas e despesas										
Segundo semestre de 2022										
Resultado de depósitos e recursos de aceite	(8.232)	(40)	(9)	(47)		(3)	(67)	(7)	(16)	(24.750)
Resultado de empréstimos	1.143	444		66						2.845
Equalização de taxas	4.856	9.721	2.556	352						483
Outras receitas (despesas) administrativas	(9.360)	6								
Exercício de 2022										
Resultado de depósitos e recursos de aceite	(9.298)	(50)	(17)	(66)		(6)	(118)	(58)	(61)	(50.268)
Resultado de empréstimos	2.078	808		340						4.039
Equalização de taxas	8.889	16.347	4.178	618						757
Outras receitas (despesas) administrativas	(18.356)									(31)
Exercício de 2021										
Resultado de depósitos e recursos de aceite	(315)	(119)	(46)	(62)	(1.782)	(1.097)	(35)	(221)	(140)	(11.267)
Resultado de empréstimos	1.458	567								2.378
Equalização de taxas	3.006	3.628	590	296						200
Intermediação de negócios										(3.245)
Outras receitas (despesas) administrativas	(13.182)									(56)

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- (i) Coligadas
Os saldos patrimoniais referem-se às operações de crédito (empréstimos para capital de giro) e operações de depósitos a prazo. Os valores de resultado são provenientes dos resultados dessas operações e rateio de despesas administrativas advindas do centro de serviços compartilhados.
- (ii) Controladora
Os valores patrimoniais referem-se à operação de depósito a prazo com vencimento em 2026 e taxa pós fixada a 100% do CDI. A operação de depósito foi liquidada no ano de 2022, se seu resultado está apresentado no quadro da nota 22 (a).
- (iii) Outras pessoas ligadas e pessoal chave da administração
Os saldos patrimoniais referem-se, substancialmente, às operações de crédito (empréstimos para capital de giro) e depósitos a prazo. Os valores de resultado são provenientes dos resultados dessas operações, rateio de despesas administrativas advindas do centro de serviços compartilhados e despesas com intermediação de negócios.

(b) Outras transações com partes relacionadas

No exercício de 2021, o Banco vendeu bens não de uso próprios (BNDU) imóveis avaliados em R\$10.158, mediante transferência eletrônica, para a coligada indireta Rodobens Administração de Ativos Imobiliários Ltda. Estas operações totalizaram resultado positivo de R\$555, registrado no resultado do exercício de 2021.

No exercício de 2022, o Banco vendeu bens não de uso próprio (BNDU) imóveis avaliados em R\$38.135, mediante transferência eletrônica, para a coligada indireta Rodobens Administração de Ativos Imobiliários Ltda. Estas operações totalizaram resultado positivo de R\$1.584, registrado no resultado do exercício de 2022.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Entende-se como pessoal-chave da administração a Diretoria Executiva do Banco Rodobens.

(i) Benefícios de Curto Prazo:

Abaixo estão apresentados os montantes de remuneração de curto prazo do pessoal chave da administração abrangendo a remuneração fixa e variável dos exercícios findos em 31 de dezembro:

	2022	2021
Benefícios de Curto Prazo		
Remuneração fixa - honorários da diretoria	961	794
Remuneração variável - participação nos resultados	2.388	1.237
	<u>3.349</u>	<u>2.031</u>

(ii) Benefícios de Longo Prazo e Remuneração baseada em ações:

O Banco Rodobens não possui benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração.

(iii) Benefícios Pós Emprego e Benefícios Rescisórios:

A extinção da relação de trabalho com os administradores não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios serão descontinuados.

23 Outras informações**(a) Despesas de pessoal**

Descrição	2º Semestre 2022	2022	2021
Ordenados e salários	5.297	10.212	7.954
INSS	2.116	4.004	3.174
Benefícios	2.198	3.969	2.792
Remuneração da administração (Nota 22(c))	1.071	3.349	2.031
Férias	894	1.632	1.264
Horas extras	691	1.440	1.451
FGTS	626	1.192	939
13º salário	632	1.173	889
Indenizações e aviso prévio	148	454	169
Ajuda de custo		11	80
Comissões			35
Outras	1.148	986	3.611
	<u>14.821</u>	<u>28.422</u>	<u>24.389</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outras despesas administrativas

	2º Semestre		
	2022	2022	2021
Despesas compartilhadas (i)	8.842	15.141	12.747
Serviços de informática (ii)	4.462	8.245	5.668
Provisões de despesas administrativas	984	3.057	3.315
Viagens	1.072	1.834	502
Serviços técnicos especializados	910	1.721	1.889
Depreciação e amortização	933	1.686	701
Acordos e condenações judiciais	1.351	1.658	745
Despesas de imóveis retomados	233	636	446
Propagandas e publicidade	71	591	1.368
Aluguéis	263	511	457
Entidades de classe	220	418	406
Serviços de terceiros	202	388	1.182
Comunicações	130	260	266
Manutenção e conservação	111	214	215
Outras	263	481	507
	<u>20.047</u>	<u>36.841</u>	<u>30.414</u>

- (i) Refere-se, substancialmente, aos repasses de despesas do centro de serviços compartilhados, que mantém as atividades administrativas do Grupo Rodobens.
- (ii) Despesas com processamento e licenças de sistemas de suporte às atividades da instituição. No exercício de 2022, o maior impacto se deve a gastos no desenvolvimento de sistemas para novos produtos e serviços de armazenamento em nuvem.

(c) Despesas tributárias

	2º Semestre		
	2022	2022	2021
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	342	592	374
COFINS	2.337	4.082	4.419
PIS	380	664	718
Outras	273	669	638
	<u>3.332</u>	<u>6.007</u>	<u>6.149</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Outras receitas operacionais

	2º Semestre 2022	2022	2021
Reversão de provisão para perdas com outros valores e bens (ii)	1.488	4.598	5.730
Recuperação de encargos e despesas (iv)	2.389	4.570	3.405
Recuperação de ISS leasing operacional (i)		3.608	
Atualização monetária depósitos em garantia (v)	1.717	3.130	1.153
Ganho na venda de bens não de uso próprio (iii)	776	2.995	1.529
Reversão passivos contingentes	2.133	2.769	2.002
Reversão de provisões operacionais	1.692	2.509	5.450
Reversão de provisão para perdas em outros créditos	1.488	2.076	1.060
Reversão de provisão despesas leasing operacional	426	666	377
Atualização de impostos a compensar	234	544	172
Equalização de taxas de operação de crédito	216	363	175
Serviços de cobrança (vi)	22	160	1.448
Outras receitas	778	1.601	497
	<u>13.359</u>	<u>29.589</u>	<u>22.998</u>

- (i) Recuperação de despesa em ação de repetição de indébito de ISS sobre receita de leasing operacional, com trânsito em julgado e execução da sentença, convertido em crédito precatório atualizado, deduzido de *impairment* conforme Nota 23(iv);
- (ii) Reversão de provisões de desvalorizações de bens não de uso próprio (BNDU) recebidos;
- (iii) Resultado positivo na alienação de bens não de uso próprio (BNDU) mantidos para venda;
- (iv) Refere-se substancialmente ao ressarcimento de despesas documentais de veículos e imóveis, incorridas nos processos de venda de produtos;
- (v) Atualização monetária (Selic e TR) dos depósitos judiciais em garantia, de natureza cível, trabalhista e tributária;
- (vi) Resultado positivo dos honorários repassados para empresa de cobrança.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(e) Outras despesas operacionais**

	2º Semestre 2022	2022	2021
Despesas com intermediação de negócios (i)	10.292	16.368	5.108
Perdas na venda de bens não de uso próprio	5.828	11.726	5.810
Gastos com bens não de uso próprio (ii)	6.224	9.717	9.188
Provisões para perdas em outros créditos (v)	3.408	5.960	1.699
Descontos concedidos em renegociações (iii)	2.764	5.884	300
Serviços de terceiros	3.204	5.040	3.925
Perdas com cessão em operações de crédito (ix)	4.269	4.269	
Provisões para passivos contingentes	1.906	3.659	3.319
Perdas de outros créditos (vi)	2.237	3.151	1.547
Serviços de cobrança (vii)	902	1.498	896
Provisão para perdas sobre crédito de ISS leasing operacional (iv)		1.366	
Administração de frota de leasing	247	1.014	849
Provisões para perdas com outros valores e bens (viii)	134	251	2.602
Outras despesas	536	1.468	1.525
	41.951	71.371	36.768

- (i) As despesas com intermediação de negócios referem-se à remuneração dos correspondentes pela contratação das operações de crédito e arrendamento mercantil;
- (ii) Gastos irre recuperáveis e provisões para perdas de gastos com contencioso, que compreendem: retomada, guarda, manutenção e venda de bens não de uso próprio;
- (iii) Descontos concedidos nas renegociações de operações de crédito, substancialmente no plano empresário;
- (iv) Provisão para perdas sobre o crédito precatório oriundo da ação de repetição de indébito em processo de ISS recolhido indevidamente nas operações de leasing operacional. O crédito atualizado está demonstrado na nota 23(d.i);
- (v) Representa a provisão para perdas constituída de gastos com contenciosos;
- (vi) Perdas de outros créditos representam os gastos com contenciosos não recuperados, para os quais havia provisão para perdas constituída;
- (vii) Gastos com registros de cobrança e serviços de consultas para análise de crédito;
- (viii) Provisão para perdas no valor recuperável de bens não de uso próprio;
- (ix) Perdas com cessão de operações de crédito provenientes de contratos de empréstimo para capital de giro e financiamento imobiliário (plano empresário).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Resultados recorrentes e não recorrentes

	2022			2021		
	Resultado recorrente	Resultado não recorrente	Resultado do exercício	Resultado recorrente	Resultado não recorrente	Resultado do exercício
Receitas da intermediação financeira	539.818		539.818	351.016		351.016
Despesas da intermediação financeira (i)	(461.175)	15.867	(445.308)	(248.398)		(248.398)
Resultado bruto da intermediação financeira	78.643	15.867	94.510	102.618		102.618
Outras receitas (despesas) operacionais (ii)	(11.722)	(2.117)	(13.839)	12.010		12.010
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	66.922	13.749	80.671	114.628		114.628
Imposto de renda e contribuição social (iii)	21.000	(6.187)	14.813	(5.047)		(5.047)
Participações no lucro	(3.249)		(3.249)	(5.000)		(5.000)
Lucro líquido do exercício	84.673	7.562	92.235	104.581		104.581

Em 31 de dezembro de 2022:

- (i) Reversão de PDD inerente aos contratos de empréstimo para capital de giro e financiamento imobiliário (plano empresário) cedidos, com efeito positivo de R\$ 15.867;
- (ii) Outras receitas (despesas) operacionais: crédito precatório e atualização monetária, referente processo de repetição de indébito de ISS nas operações de leasing operacional, líquido de *impairment*, com efeito positivo de R\$ 2.242 (Notas 23(d.i) e 23(e.iv)) e reflexos tributários de PIS e COFINS, com efeito negativo no montante de R\$ 90; e perdas na cessão de operações de crédito provenientes de contratos de empréstimo para capital de giro e financiamento imobiliário (plano empresário), com efeito negativo de R\$ 4.269 (Nota 23(e.ix));
- (iii) Imposto de renda e contribuição social: efeitos tributários sobre os resultados não recorrentes, no montante de R\$ 6.187.

24 Limite operacional – Acordo da Basileia

O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 4.955/21 e alterações posteriores, estabeleceu a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) e, através da Resolução nº 4.958/21 e alterações posteriores, dispôs sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

A apuração do PR e do montante do RWA deve ser elaborada com base nas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial, que tem a seguinte composição:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Atividade
Banco Rodobens S.A.	Instituição Financeira
Rodobens Administradora de Consórcios Ltda	Administradora de consórcios
Portobens Administradora de Consórcios Ltda	Administradora de consórcios
BrQualy Administradora de Consórcios Ltda	Administradora de consórcios
CNF Administradora de Consórcios Nacional Ltda	Administradora de consórcios
ConBr Administradora de Consórcios S.A.	Administradora de consórcios
BrQualy Participações Ltda	Holding
Rodobens Brasil Part., Emp. e Neg. Ltda.	Holding
Bradesco FI Renda Fixa Crédito Privado VR	Fundo de Investimento
Green Rdbis FI Renda Fixa Crédito Privado	Fundo de Investimento

O Índice Basileia para 31 de dezembro de 2022 com base no conglomerado prudencial é 17,27% (31 de dezembro de 2021 – 20,92%), conforme cálculo demonstrado a seguir:

	2022	2021
Patrimônio de referência (PR), Nível I	956.139	915.577
Capital Principal (CP)		
Patrimônio líquido	2.028.263	1.368.090
(-) Participação de não controladores nos fundos de investimentos (i)	(553.542)	
Ajustes prudenciais (ii)	(518.582)	(452.513)
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	5.536.498	4.376.655
Risco de crédito (RWA _{CPAD})	4.314.552	3.397.588
Risco operacional (RWA _{OPAD})	1.221.946	979.067
Patrimônio de referência mínimo requerido: 8% (iii)	442.920	350.132
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido	513.219	565.445
Índice Basileia (PR/RWA)	17,27%	20,92%

- (i) Refere-se às cotas dos Fundos de Investimentos consolidados e pertencentes a entidades não integrantes do Conglomerado Prudencial, classificadas no Patrimônio Líquido a partir do exercício 2022, mas que não compõe o Patrimônio de Referência, conforme Instrução Normativa BCB nº 206/21.
- (ii) Os ajustes prudenciais são compostos, substancialmente, pela participação de não controladores, créditos tributários sobre diferenças temporárias e ativos intangíveis.
- (iii) Ao mínimo requerido de 8% acrescenta-se 2,5% de ACP de conservação, chegando a 10,5% que comparado ao Índice Basileia, indica cumprimento dos requisitos de capital.

O Índice de Imobilização para 31 de dezembro de 2022 com base no conglomerado prudencial é 46,52% (31 de dezembro de 2021 – 36,60%), que indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente e, conforme definido pelo Bacen, o máximo permitido é de 50%.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

25 Gerenciamento de riscos e capital**Cultura de Riscos**

Disseminamos a cultura de riscos para aumentar o nível de conscientização dos colaboradores quanto ao seu papel na gestão dos riscos corporativos, por meio de:

- a) Código de Conduta que estabelece boas práticas, valores que devem ser seguidos pelos colaboradores e canais de denúncia, sendo amplamente divulgados;
- b) Políticas de Riscos que determinam os processos e procedimentos que são executados em cada área de risco;
- c) Divulgações periódicas de normativos por meio do Informativo Regulatório por Compliance;
- d) Disponibilização de canal direto de Comunicação com Compliance;
- e) Participação em comissões de entidades representativas do setor com posterior disseminação interna;
- f) Programas de segurança patrimonial e do trabalho, incluindo riscos socioambiental e segurança da informação anualmente;
- g) Treinamentos internos pela Universidade Rodobens e externos quando necessários.

Gestão Integrada de Riscos

Para os diversos tipos de riscos, financeiros ou não, a Rodobens estabeleceu tipos de controles, observando os limites aceitáveis e os principais riscos no dia a dia do negócio, adotando instrumentos que permitem a consolidação e controle de uma forma integrada.

A consolidação dos riscos abrange todas as exposições relevantes que produzem os riscos inerentes às linhas de negócio da Rodobens e com reporte nos fóruns:

- a) Comitê Executivo de Riscos;
- b) Comitê de Finanças, Riscos e Auditoria;
- c) Reunião do Conselho de Administração.

São adotados os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- a) Visão consolidada de riscos;
- b) Compatibilização entre apetite de risco, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- c) Segregação funcional das áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- d) Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das melhores práticas de mercado;
- e) Envolvimento da Alta Administração.

A Rodobens estabeleceu alguns parâmetros de alertas e limites aos riscos passíveis de quantificação, criando níveis de sinalização como:

O Alerta que indica que, embora seja admissíveis o atingimento, significa um estado de "atenção", podendo este, conforme a relevância antecipar ações corretivas.

O Limite que indica a situação a partir da qual uma ação é necessária, buscando a correção e retorno para o status prévio de alerta.

O atingimento destes níveis deve ser tratado através da aplicação e acompanhamento de planos de ação, que pode ser analisar a evolução do cenário como um todo para tomada de medidas estratégicas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Pilares de Gestão de Risco

O Banco implantou a sua estrutura de gerenciamento de riscos e capital em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17.

I. Risco de Crédito

A gestão do Risco de Crédito alinhada às estratégias e políticas de crédito, que estabelecem limites operacionais e mecanismos de mitigação, assim como procedimentos aplicados na manutenção da exposição em níveis considerados aceitáveis pela Diretoria e Conselho de Administração.

Tendo como objetivo a identificação, mensuração, controle e a mitigação deste Risco, a Rodobens atua no acompanhamento dos processos das atividades de crédito, no monitoramento de concentrações, acompanhamento de operações após a concessão, na identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito, no ambiente interno e externo.

Os controles de concentração versam sobre exposições em grupos econômicos, empresas, pessoas físicas, partes relacionadas e operações compromissadas.

O processo de Crédito é constituído pelas etapas de concessão, monitoramento, cobrança e recuperação.

II. Risco de Liquidez

Somos conservadores na administração do risco de liquidez, observando os diferentes impactos em cenários macroeconômicos que possam alterar a disponibilidade de recursos no mercado financeiro, sendo a administração do risco orientada por:

- a) Acompanhamento do fluxo de caixa projetado x Limite mínimo;
- b) Avaliação de operações da carteira com detalhamento das projeções de fluxo de caixa;
- c) Avaliação dos principais vencimentos que ocorrerão;
- d) Envolvimento da alta administração no monitoramento e tomada de decisões.

Para a gestão do risco de liquidez são projetados frequentemente os fluxos de entradas/saídas e saldo de caixa frente margem mínima de segurança para o horizonte futuro suficiente para controle e tomada de decisões estratégicas.

As premissas de stress aplicadas podem ser ajustadas de acordo com os acontecimentos objetivando sempre refletir o contexto vivenciado e o horizonte de eventos esperados e de baixa probabilidade de ocorrência.

III. Risco de Mercado

O nível aceitável de risco de variação das taxas de juros é baseado nas características das exposições, e leva em conta a natureza das operações, a segregação das carteiras, o nível de complexidade dos produtos e representatividade. Os limites são estabelecidos em relação ao PR, com intuito de refletir o apetite ao risco e garantir que a exposição seja suportada pelo capital da Instituição.

Os índices e fatores de influência em gestão do risco de mercado são avaliados e monitorados para garantir aderência aos limites estabelecidos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Visando o cumprimento da legislação atual, são enviados relatórios à Diretoria para acompanhamento e tomada de decisão de acordo com as necessidades das posições existentes.

IV. Risco Socioambiental

Na fase de concessão e análise da operação de crédito, todos os proponentes devem passar pela verificação da conformidade legal das suas atividades. O objetivo é avaliar se o cliente está em conformidade legal, utilizando-se para isso, pesquisas de informações públicas (ausência de licenças ou autorizações, embargos ou ações de órgãos públicos, multas ambientais, sociais ou trabalhistas, entre outras), identificando possíveis investigações e ou crimes, diretamente ligados a pessoa física (clientes e sócios) e pessoa jurídica.

V. Gestão de Capital

O gerenciamento de capital é mantido por processo contínuo de monitoramento e controle, onde avaliamos os cenários para fazer frente aos riscos que a instituição está sujeita e preparamos o planejamento e metas de acordo com seus objetivos estratégicos.

Os cenários de estresse de capital contemplam simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, nos quais são estimadas as perdas potenciais e exigências internas definidas pela Diretoria.

Dentre os fatores considerados nas simulações estão indicadores macroeconômicos, setoriais relacionados às exposições ativas e passivas e seus desdobramentos no ambiente interno da instituição, sendo o orçamento e inputs de stress em crescimento de carteira, atrasos de pagamento, pedidos de carência, provisionamento, resultado, distribuição de lucros, dentre outros com seus consecutivos impactos em Patrimônio de Referência (PR) e Ativos ponderados pelo Risco (RWA).

a) Análise de sensibilidade para exposição à taxa de juros

O Banco acompanha as variações dos indexadores de taxas de juros Pré, CDI, IGPM, IPCA e TR a fim de avaliar os impactos nos resultados de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, carteira de operações de créditos, passivos onerosos e derivativos. Com base nesses componentes, foram mensurados os valores a mercado (MtM) utilizando como premissa o valor presente das cotações futuras dos instrumentos financeiros.

As curvas de juros foram estressadas nas seguintes porcentagens para análises dos cenários: +50%, +25%, -25% e -50%. Ao final, foram calculadas as diferenças dos valores com *stress* e sem *stress* para identificar a sensibilidade de impacto sobre os componentes:

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 de dezembro de 2022							
	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Prazo teórico (dias)	Valor de mercado (MtM)	(+) 50%	(+) 25%	(-) 25%	(-) 50%
Componentes							
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	592.194	365	562.175	(21.387)	(10.999)	11.666	24.062
Operações de crédito							
Carteira Pré	2.227.812	365	2.252.329	(129.678)	(66.731)	70.866	146.261
Carteira IPCA	553.567	365	569.499	(17.747)	(9.012)	9.301	18.907
Carteira IGPM	22.551	365	23.105	(743)	(378)	390	794
Carteira TR	9.731	365	9.375	(459)	(235)	248	508
Carteira DI	29.926	365	30.288	-	-	-	-
Passivos onerosos	(3.032.305)	365	(3.031.415)	77.175	39.650	(41.963)	(86.450)
Derivativos (<i>swaps</i>)	(15.899)	Não se aplica	(5.430)	49.477	25.758	(28.053)	(58.700)
Valores de mercado com stress				(+) 50%	(+) 25%	(-) 25%	(-) 50%
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários				540.788	551.176	573.841	586.237
Operações de crédito							
Carteira Pré				2.122.651	2.185.598	2.323.195	2.398.590
Carteira IPCA				551.752	560.487	578.800	588.406
Carteira IGPM				22.362	22.727	23.495	23.899
Carteira TR				8.916	9.140	9.623	9.883
Carteira DI				30.288	30.288	30.288	30.288
Passivos onerosos				(2.954.240)	(2.991.765)	(3.073.378)	(3.117.865)
Derivativos (<i>swaps</i>)				44.047	20.328	(33.483)	(64.130)

VI. Risco Operacional

O gerenciamento de riscos operacionais é realizado por sistemas especializados. Os sistemas oferecem o devido suporte para as fases de mapeamento, cadastro de processos, avaliação e mensuração dos riscos, planos de ação, relatórios gerenciais, reportes para alta administração, alocação de capital e base de perdas.

O gerenciamento de risco operacional é essencial em todas as suas atividades, sendo utilizado com o objetivo de agregar valor ao negócio.

Outras informações sobre gerenciamento de riscos no site: <https://www.rodobens.com.br/compliance>

* * *